

Veículo: Site A Tarde	
Data: 08/12/2020	Caderno: Notícias

# A TARDE

Da Redação Ter , 08/12/2020 às 06:39 | Atualizado em: 08/12/2020 às 06:43

## Operação investiga empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 4 milhões em ICMS



Uma operação deflagrada nessa terça-feira, 8, em Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, investiga uma empresa do segmento de supermercados suspeita de sonegar aos cofres públicos mais de R\$ 4 milhões em ICMS. Denominada ‘Operação Reforma’, a ação já cumpriu nessa manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

A ação visa coletar provas para instruir investigação da força-tarefa que apura a prática de evasão fiscal consistente, primordialmente, na tática de declarar **débitos de ICMS** decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual.

“Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal”, destaca o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

### Sequestro de ativos

A força-tarefa, constituída pelo Ministério Público estadual, por meio Gaesf, a **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**, e a Polícia Civil do Estado da Bahia, também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e

contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. A investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa, tais como fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais.

Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial. A empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 08 de Dezembro de 2020 - 07:00

## ***Empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 4 mi em ICMS é alvo de operação em Conquista***



A empresa Pereira, do segmento de supermercados, é alvo da operação deflagrada pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) na manhã desta terça-feira (8), em Vitória da Conquista. Batizada de "Reforma", a operação investiga a sonegação de mais de R\$ 4 milhões em ICMS.

A força-tarefa é composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf), do MP-BA, pela **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**, e pela Polícia Civil. Juntos, eles já cumpriram quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

Essa operação pretende coletar provas para instruir a investigação que apura a prática de evasão fiscal consistente, especialmente na tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual. "Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal", destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant'Anna, coordenador do Gaesf.

A força-tarefa também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, o que inclui imóveis, veículos e contas bancárias, a fim de assegurar a restituição dos valores devidos ao estado. De acordo com o MP-BA, essa investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela Pereira, a exemplo de fraudes na escrituração e da realização de operação com mercadorias tributadas sem a emissão de notas fiscais.

Os investigadores apontam ainda indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios enquanto não recolheram os tributos devidos ao fisco, abrindo, inclusive, uma nova unidade comercial. A Pereira vem sendo monitorada pelo órgão fazendário desde 2014 e seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos.

Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 08/12/2020	Página:



## Sonegação fiscal: rede de mercados é alvo de operação em Conquista

Operação Reforma cumpre mandados nesta terça-feira (8)

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

08.12.2020, 07:53:49

Atualizado: 08.12.2020, 08:32:12



(Divulgação/MP-BA)

Sonegação fiscal: rede de mercados é alvo de operação em Conquista

Uma rede supermercados é alvo de uma operação em Vitória da Conquista, nesta terça-feira (8). A ação investiga a sonegação de mais de R\$ 4 milhões em ICMS. Denominada ‘Operação Reforma’, a ação já cumpriu nessa manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

Segundo informações do Ministério Público, a operação é para coletar provas que atestem a evasão fiscal, com a declaração de débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual.

“Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o consequente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal”, destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

A força-tarefa é constituída pelo Ministério Público estadual, por meio Gaesf, a **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**, e a Polícia Civil do Estado da Bahia.

A ação determinou o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.

A investigação também apura fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais. Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial.

A empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

A ‘Operação Reforma’ é uma das ações da força-tarefa de combate aos crimes tributários que são planejadas pelos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O comitê é formado por integrantes do MP, **Sefaz**, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Veículo: Bocão News	
Data: 08/12/2020	<b>Cita Sefaz</b>



## **Operação do MP, Sefaz e Polícia Civil cumpre mandados contra empresa investigada por sonegar mais de R\$ 4 milhões na Bahia**

Ação ocorreu em Vitória da Conquista, no sudoeste do estado. Segundo o MP, a empresa investigada declarava débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas não recolhia valores ao fisco estadual.

Por G1 BA

08/12/2020 08h08 Atualizado há uma hora

Uma operação conjunta do Ministério Público da Bahia (MP-BA), Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) e Polícia Civil foi deflagrada na manhã desta terça-feira (8), em Vitória da Conquista, sudoeste do estado. A ação investiga uma empresa do segmento de supermercados suspeita de sonegar mais de R\$4 milhões em ICMS. Denominada de Operação Reforma, a ação cumpriu nesta manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal. Documentos e computadores foram apreendidos durante a operação e serão analisados pelas equipes especializadas, contudo não foi informado se há outros mandados a serem cumpridos. As investigações prosseguem.

As equipes visam coletar provas para da prática de evasão fiscal consistente por parte da empresa. Segundo o MP-BA a companhia utilizava da tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao

fisco estadual. Participaram da operação três promotores de justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

“Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária,”, destacou o promotor de justiça Hugo Casciano de Sant’anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).



Operação foi deflagrada em empresa de supermercados, em Vitória da Conquista — Foto: Arquivo pessoal

A força-tarefa também requereu ao judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.

Ainda de acordo com o MP-BA, a investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa, tais como fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais. Além disso, as investigações levantaram indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial.

O MP-BA ainda destacou que a empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014, e que seus sócios já



respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos.

A Operação Reforma é uma das ações da força-tarefa de combate aos crimes tributários que são planejadas pelos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O comitê é formado por integrantes do MP, Sefaz, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ-BA), Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

*Confira mais notícias do estado no **G1 Bahia**.*



Operação foi deflagrada em conjunto pelo MP-BA, Sefaz e Polícia Civil — Foto: Arquivo pessoal

Veículo: Metro1	
Data: 08/12/2020	<b>Cita Sefaz</b>



## Bahia

# Operação investiga empresa suspeita de sonegar R\$ 4 milhões em Vitória da Conquista

*Quatro mandados de busca e apreensão foram realizados no estabelecimento hoje (8)*

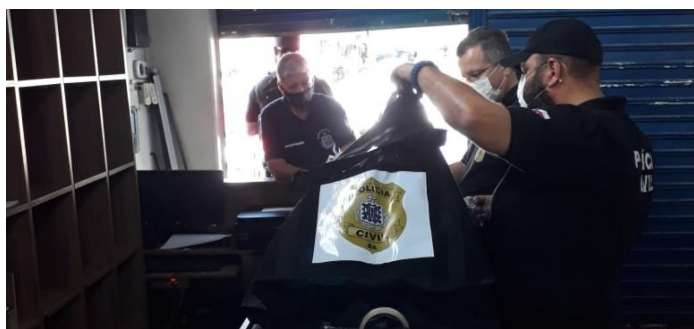


Foto : Divulgação/PC

Por **Adele Robichez** no dia 08 de Dezembro de 2020 · 10:20

A Delegacia de Crimes Econômicos e Contra Administração Pública (Dececap) com o Ministério Público (MP) e a **Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz Ba)**

cumpriram quatro mandados de busca e apreensão em Vitória da Conquista/Ba na manhã de hoje (8).

A ação aconteceu em uma empresa investigada por uma dívida tributária de R\$ 4 milhões na cidade do interior da Bahia. Estão entre os crimes apurados a sonegação fiscal e a apropriação indébita. Os sócios do empreendimento já respondem por crimes fiscais praticados previamente.

Os documentos e os computadores apreendidos durante a operação estão em análise e as investigações seguem.

Veículo: Bocão News	
Data: 08/12/2020	<b><u>Cita Sefaz</u></b>



JUSTIÇA

## **Conquista: Operação é deflagrada contra rede de supermercado suspeita de sonegar mais de R\$ 4 mi em ICMS**



*08 de Dezembro de 2020 às 06:41 Por: Divulgação/MP-BA Por: Redação BNews*

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) deflagrou, na manhã desta terça-feira (8), a Operação Reforma contra a empresa Pereira, do ramo de supermercados de Vitória da Conquista, suspeita de ter sonegado mais de R\$ 4 milhões em ICMS. Já foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

A ação acontece com o intuito de se coletar provas para instruir investigação da força-tarefa que apura a prática de evasão fiscal consistente, primordialmente, na

tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual.

“Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal”, destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

A força-tarefa, constituída pelo Ministério Público, por meio Gaesf, a **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**, e a Polícia Civil do Estado da Bahia, também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e dos sócios, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.

Ainda segundo o MP-BA, a investigação envolve também outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa do ramo de supermercados, a exemplo de fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais. Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram os negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial.

O MP-BA apontou que a empresa investigada já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/12/2020	<b>Cita Sefaz</b>



## OPERAÇÃO INVESTIGA EMPRESA SUSPEITA DE SONEGAR R\$ 4 MILHÕES EM CONQUISTA



admin 8 Dezembro, 2020

Uma operação deflagrada nesta terça-feira (8), em Vitória da Conquista, pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, investiga uma empresa do segmento de supermercados suspeita de sonegar aos cofres públicos mais de R\$4 milhões em ICMS. Denominada 'Operação Reforma', a ação já cumpriu nessa manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

A operação visa coletar provas para instruir investigação da força-tarefa que apura a prática de evasão fiscal consistente, primordialmente, na tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual. "Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal", destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant'Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

A força-tarefa, constituída pelo Ministério Público estadual, por meio Gaesf, a **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**, e a Polícia Civil do Estado da Bahia, também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e

contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. A investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa, tais como fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais.

Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial. A empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

A Operação Reforma é uma das ações da força-tarefa de combate aos crimes tributários que são planejadas pelos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O comitê é formado por integrantes do MP, Sefaz, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Foto: Divulgação/MP-BA

Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 08/12/2020	



## **Operação deflagrada em Vitória da Conquista investiga empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 4 milhões em ICMS**



Uma operação deflagrada nessa terça-feira (8), em Vitória da Conquista, pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, investiga uma empresa do segmento de supermercados suspeita de sonegar aos cofres públicos mais de R\$4 milhões em ICMS. Denominada ‘Operação Reforma’, a ação já cumpriu nessa manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

A operação visa coletar provas para instruir investigação da força-tarefa que apura a prática de evasão fiscal consistente, primordialmente, na tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual. “Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal”, destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

A força-tarefa, constituída pelo Ministério Público estadual, por meio Gaesf, a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), e a Polícia Civil do Estado da Bahia, também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. A investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa, tais como fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais. Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial. A empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.



## **Cira**

A 'Operação Reforma' é uma das ações da força-tarefa de combate aos crimes tributários que são planejadas pelos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O comitê é formado por integrantes do MP, Sefaz, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

## **Coletiva de imprensa**

Haverá coletiva de imprensa às 10h, no auditório do Distrito Integrado de Segurança Pública, localizado na Rua Humberto de Campos, 205, Bairro Jurema, Vitória da Conquista. Participarão da coletiva os promotores de Justiça Hugo Casciano Sant'Anna e Anderson Freitas de Cerqueira; a inspetora da Inspetoria Fazendária de Investigação (Infip) e Pesquisa da Sefaz, Sheila Cavalcante Meirelles; e Nayara Sales Brito da Polícia Civil.

***Fonte: Ascom/ Sefaz***

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 08.12.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



08 de dezembro de 2020 | 07:03

## **Operação deflagrada em Vitória da Conquista investiga empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 4 milhões em ICMS**

### **BAHIA**

Uma operação deflagrada nessa terça-feira (8), em Vitória da Conquista, pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, investiga uma empresa do segmento de supermercados suspeita de sonegar aos cofres públicos mais de R\$4 milhões em ICMS. Denominada 'Operação Reforma', a ação já cumpriu nessa manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

A operação visa coletar provas para instruir investigação da força-tarefa que apura a prática de evasão fiscal consistente, primordialmente, na tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não os recolher ao fisco estadual.

“Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o conseqüente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal”, destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

A força-tarefa, constituída pelo Ministério Público estadual, por meio Gaesf, a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), e a Polícia Civil do Estado da Bahia, também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos.

A investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa, tais como fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais. Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial. A empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

### **Cira**

A Operação Reforma é uma das ações da força-tarefa de combate aos crimes tributários que são planejadas pelos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O comitê é formado por integrantes do MP, Sefaz, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Veículo: Bahia.ba	
Data: 08/12/2020	<b>Cita Sefaz</b>



## VITÓRIA DA CONQUISTA

Publicado em 08/12/2020 às 09h32.

# MP e Sefaz realizam ação que mira empresa suspeita de sonegar R\$ 4 milhões

Operação cumpriu quatro mandados de busca e apreensão; sócios já respondem por crimes fiscais praticados anteriormente



A operação "Reforma", deflagrada na manhã desta terça-feira (8), por equipes da Delegacia de Crimes Econômicos Contra a Administração Pública (Dececap), cumpriu quatro mandados de busca e apreensão em uma empresa investigada por uma dívida tributária de R\$ 4 milhões, em Vitória da Conquista.

A ação foi realizada em conjunto com o MP (Ministério Público) e a **Sefaz** (**Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**). A empresa alvo da operação não teve o nome divulgado.

Segundo a SSP (Secretaria de Segurança Pública), a prática de sonegação fiscal e apropriação indébita estão entre os crimes apurados.

Os sócios da empresa já respondem por crimes fiscais praticados anteriormente.

Documentos e computadores foram apreendidos durante a operação e serão analisados pelas equipes especializadas.

De acordo com a SSP, as investigações continuarão em curso.

Veículo: Site Resenha Geral	Online
Data: 08/12/2020	Caderno: Notícias



# Operação deflagrada em Vitória da Conquista investiga empresa suspeita de sonegar mais de R\$ 4 milhões em ICMS

Publicado por [Editor](#) | Colocado em [Polícia, Vit. da Conquista](#) | Data: 08 dez 2020

**Tags:** [empresa](#), [icms](#), [operação](#), [Sonegação](#)



Uma operação deflagrada nessa terça-feira (8), em Vitória da Conquista, pela força-tarefa de combate aos crimes contra a ordem tributária, investiga uma empresa do segmento de supermercados suspeita de sonegar aos cofres públicos mais de R\$4 milhões em ICMS. Denominada 'Operação Reforma', a ação já cumpriu nessa manhã quatro mandados de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal.

A operação visa coletar provas para instruir investigação da força-tarefa que apura a prática de evasão fiscal consistente, primordialmente, na tática de declarar débitos de ICMS decorrentes de operações comerciais, mas sistematicamente não

os recolher ao fisco estadual. "Este tipo de atuação sem recolhimento de impostos representa concorrência desleal e perda de arrecadação do Estado, com o consequente prejuízo na prestação de serviços públicos, sendo passível de caracterizar crime contra a ordem tributária, conforme decidido no último ano pelo Supremo Tribunal Federal", destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant'Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf).

A força-tarefa, constituída pelo Ministério Público estadual, por meio Gaesf, a **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz)**, e a Polícia Civil do Estado da Bahia, também requereu ao Judiciário o sequestro de ativos da empresa e de seus sócios, incluindo imóveis, veículos e contas bancárias, para assegurar a restituição dos valores devidos aos cofres públicos. A investigação abrange ainda outros ilícitos fiscais cometidos pela empresa, tais como fraudes na escrituração e a realização de operações com mercadorias tributadas sem a emissão de documentos fiscais. Além disso, a força-tarefa levantou indícios da prática de lavagem de capitais, uma vez que os proprietários da empresa expandiram seus negócios durante o período em que não recolheram os tributos devidos ao fisco, inclusive com a abertura de uma nova unidade comercial. A empresa já vinha sendo monitorada pelos órgãos fazendários desde o ano de 2014 e os seus sócios já respondem a uma ação penal na Justiça local por outras práticas de sonegação de impostos. Participaram da operação três promotores de Justiça, três delegados de polícia, seis servidores da Sefaz e nove investigadores da Polícia Civil.

A 'Operação Reforma' é uma das ações da força-tarefa de combate aos crimes tributários que são planejadas pelos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). O comitê é formado por integrantes do MP, Sefaz, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**DESEMPENHO** Ao contrário das vendas, a fabricação apresentou um leve aumento, de 0,7%, em novembro, com um total de 238,2 mil autoveículos

## Indústria automobilística recupera nível de produção

Gilson Abre Fiep / Arquivo ANPr / 26.3.2009



A falta de matéria-prima preocupa o setor, porque pode significar a paralisação das montadoras

LETYCIA BOND

Agência Brasil, São Paulo

A indústria automobilística recuperou, no mês passado, os níveis de produção e exportação de novembro de 2019. A quantidade de unidades licenciadas, porém, ficou abaixo da registrada anteriormente, de acordo com balanço divulgado ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O relatório mostra que a demanda do mercado interno diminuiu 7,1%, em comparação com 2019. Foram 225.010 unidades, contra 242 mil. No ano, 1.814.470 automóveis foram emplacados.

Ao contrário das vendas, a produção apresentou leve aumento, de 0,7%, com um total de 238,2 mil autoveículos. Conforme a Anfavea, o volume foi insuficiente pa-

### INDÚSTRIA MANTÉM CRESCIMENTO

**Após se recuperar da queda provocada pela pandemia de Covid-19, a atividade industrial conseguiu manter o crescimento em outubro, embora em velocidade menor do que no mês anterior. É o que apontam os indicadores industriais divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a CNI, houve crescimento em "todos os indicadores de atividade", na comparação com setembro, após o ajuste sazonal (faturamento, utilização da capacidade instalada, horas trabalhadas e emprego)**

ra atender ao mercado.

No acumulado do ano, a produção chegou à marca de 1.804.759 unidades, 35% a menos que a do ano passado. Em novembro, também saíram das esteiras de montadoras 11,5 mil caminhões, 1,7 mil ônibus e cinco mil máquinas agrícolas e rodoviárias.

### Exportação em alta

Em entrevista coletiva, representantes da Anfavea também destacaram números relativos à exportação. Em novembro, 44.007 unidades foram enviadas ao exterior, o que se traduziu no melhor resultado desde agosto de 2018. A alta no índice, explicaram, se deu em virtude do represamento que vem ocorrendo nos últimos meses por causa da pandemia de Covid-19. Ao longo de todo o ano, 285.925 unidades foram exportadas, número 28,4%

inferior ao de 2019.

O presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes, disse que a produção de dezembro é algo que não se prevê facilmente e destacou alguns desafios que o setor enfrenta. Segundo ele, a falta de matéria-prima é o mais preocupante, porque pode significar a paralisação das montadoras. "O risco de paralisação é muito alto", afirmou. "Esse é um desafio muito difícil de se administrar".

Em novembro, as oportunidades de trabalho oferecidas pelo setor também pioraram. Na virada de outubro para o mês passado, o total de vagas passou de 121,4 mil para 120,8 mil. Moraes afirmou que, no período, 1.284 funcionários deixaram as funções por aderir a programas de demissão voluntária (PDVs) ou foram demitidos após contratos temporários serem encerrados.

### CONTEXTO

Após seis altas, indicador do mercado de trabalho cai

VITOR ABDAL

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Os dois indicadores sobre mercado de trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentaram piora na passagem de outubro para novembro deste ano. O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), que busca antecipar tendências do mercado de trabalho nos próximos meses, com base em entrevistas com consumidores e empresários da indústria e dos serviços, recuou 0,4 ponto em novembro, para 84,5 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos.

Esta foi a primeira queda do indicador depois de seis altas consecutivas. "O cenário para os próximos meses, com elevada incerteza, principalmente sobre a velocidade da retomada da economia brasileira após o fim dos benefícios do governo, é desafiador e sugere que ainda não é possível vislumbrar uma recuperação robusta no curto e médio prazo", disse o economista da FGV Rodolpho Tobler.

O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) subiu 3,2 pontos e atingiu 99,6 pontos, o maior nível desde maio deste ano.

### ALIMENTOS

## Preço da cesta básica em Salvador registra alta de 7,39%

Alessandra Lori / Ag. A TARDE / 30.5.2018

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

Em novembro, o preço da cesta básica subiu em 16 das 17 capitais brasileiras analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Recife foi a única capital onde o custo da cesta caiu, registrando menos 1,30% de seu valor.

As maiores altas foram observadas em Brasília, 17,05%; Campo Grande, 13,26%; e Vitória, 9,72%. Em Salvador, a cesta básica subiu 7,39%.

Segundo o Dieese, o arroz, o óleo de soja, a carne, o tomate e a batata tiveram alta expressiva na maioria das capitais.

### Mais cara

A cesta básica mais cara do país é a do Rio de Janeiro, onde custava, em média, R\$ 629,63 em novembro. A cesta mais barata foi encontrada em Aracaju, com custo médio de R\$ 451,32. O custo da cesta básica em Salvador foi de R\$ 488,10.

Com base no preço da cesta básica mais cara observada pela pesquisa, o Dieese estimou que o salário mí-

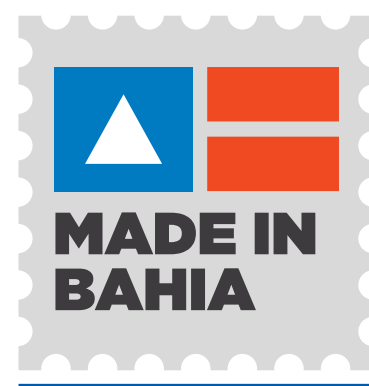


O arroz foi um dos produtos com alta expressiva

**Em novembro, o preço da cesta básica subiu em 16 das 17 capitais brasileiras analisadas na pesquisa do Dieese**

nimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e de sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, seria de R\$ 5.289,53 em novembro, o que corresponde a 5,06 vezes o mínimo atual, de R\$ 1.045.

Por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a coleta de dados pelo Dieese, na maior parte das capitais analisadas, tem sido feita virtualmente.



## Um brinde, com muito gelo



**NILTON SAMPAIO FILHO**

Sócio-diretor da Central de Frios

Em 18 de dezembro de 2020 nossa organização completa 50 anos de atividade empresarial. Certamente, se morador da Grande Salvador, você já consumiu ou fez uso de nosso principal produto.

Do frigorífico de uma porta de correr na Ladeira do Tabuão, pertinho do Pelô, o Frigorífico Garcia se transformou na mais tradicional indústria de gelo da Bahia: o Gelo Garcia. E em 2020 o que era bom ficou maior, em parceria comercial com outra importante marca do segmento viramos GarciaLider.

Uma bela lição de empreendedorismo, em país erradamente tão pouco fértil para tal. O roteiro de nossa história traz palavras como: dedicação, perseverança, paixão pelo que fazemos e respeito ao cliente. Esses valores estão impregnados em nosso DNA, cultura organizacional implantada por e herdada de nossos fundadores: Luis e Nilton Sampaio, que com certeza hoje vibram, do alto, orgulhosos de seu legado. Ambos nos inspiram a continuar traçando uma linha reta de conduta empresarial.

Carregamos todo dia junto com nosso produto em nossos caminhões a nossa estreita ligação com a alegria de festas, comemorações, diversão e felicidade. Carregamos também em nossos produtos, únicos na Bahia a tratar sua matéria-prima com ultravioleta, nosso compromisso com a qualidade do que ofertamos. Como diz o ditado: "A verdade é que todo mundo quer gelo mas ninguém enche a forminha". Nós enchemos todo dia!!!

É com essa enorme alegria tão associada ao nosso produto que dedicamos nosso brinde de aniversário número 50 aos nossos clientes, nossa razão de existir e convidamos também a essa mesa nossos fornecedores e nossos queridos colaboradores, parceiros igualmente longos e duradouros: vocês também escreveram e escreveram todo dia esta história.

Portanto, amigos, "tintim"!!! Os convidamos dia 18 a um brinde, um brinde a uma história de amor ao nosso tão baiano produto. A bebida você escolhe, mas o gelo deixe conosco, o melhor da Bahia! Saúde, que venha o centenário do GarciaLider!!!

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

### CURTAS

## Mercado eleva previsão de inflação

A estimativa do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,54% para 4,21%, de acordo com o boletim Focusto, divulgado ontem pelo Banco Central (BC). O documento reúne as projeções para os principais indicadores da economia.

Conforme mostra a instituição, esta é a 17ª alta seguida da estimativa e extrapolada, pela primeira vez, o centro da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, de 4%. A projeção para 2021 também foi atualizada, ao cair de 3,47% para 3,34%.



# Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,  
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos  
colunalevi@gmail.com

## E como fica a Alba após o TSE barrar reeleições? Esperando Rui

Dezembro e janeiro prometem muita movimentação na Assembleia, mesmo virtual. Tecnicamente, há série de decretos a serem votados e também a LDO. E politicamente há eleição da mesa diretora, até 2 de janeiro.

Eis a questão: em 2018, pelo acordo firmado, Nelson Leal, do PP de João Leão, ficaria e depois passaria para Adolfo Menezes, do PSD de Otto Alencar. Agora, Nelson se queixa intramuros de que herdou um déficit de R\$ 170 milhões do hoje senador An-

gelo Coronel, também do PSD, e este ano veio a pandemia. Ou seja, só cumpriu tabela.

Nessa, o melhor dos mundos para ele seria se o TSE aprovasse a tese da reeleição para a Câmara e Senado. Não deu. Agora, ele teria que aprovar a toque de caixa uma emenda constitucional reabilitando a reeleição, o que depende de 38 votos. Dizem na Alba que ele até tem isso, mas com o aval de Rui Costa.

**NA MESA** — Embora o PP de Leão queira permanecer no

comando da Alba, Rui Costa tem dito que é contra, tanto pelo princípio da reeleição, como para o cumprimento do acordo feito em 2018.

De qualquer forma, Rui Costa estará no olho do centro decisório, até porque 2022 está chegando, ACM Neto é um adversário competitivo e adoraria ver um racha na base governista.

Os aliados de Otto e Leão sinalizam que tudo será resolvido no diálogo. Ninguém quer briga neste momento. Só Neto ganharia.

## Unicef divulga os 26 do selo

Mais de 400 municípios do Semiárido e da Amazônia Legal recebem hoje o Selo Unicef por seus avanços na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Entre eles, 26 são baianos.

O evento será virtual (9h45), apresentado por Bruno Gagliasso e Taynara Og, com a participação de embaixadores do Unicef como Renato Aragão, Daniela Mercury e Lázaro Ramos. O prêmio é uma honraria e tanto. Olho nele.

## Robinho, o plano Carletto

Se para Nelson Leal se reeleger na presidência da Alba está difícil, dizem entre deputados que nem por isso o PP desistiria. O nome nesse caso seria o do deputado Robinho.

Do Palácio de Ondina já veio o sinal de negativo em nome do acordo de 2018, mas no tititi se diz que há outro agravante: Robinho é aliado do deputado federal Ronaldo Carletto, de forte influência na Assembleia, mas não confiável para Rui Costa.

## Os cuidados com a Covid

E por falar em Nelson Leal (PP), depois que no início da pandemia mais de 30 funcionários da Alba testaram positivo e um morreu, além de restringir completamente o acesso na Casa, adotou protocolos bastante rigorosos para si.

O gabinete é sempre de janelas abertas, nada de ar-condicionado. A sala tem uma fita estabelecendo o limite, a três metros da cadeira dele. E também dispensou o motorista, ele mesmo dirige o carro.



Maçãs e peras baianas, alta produtividade anima a todos

## Leão anuncia que o sertão vai produzir maçã e pera

Pesquisadores da Embrapa e das Universidades Federais do Vale do São Francisco (Univasf) e do Oeste Baiano (Ufob) desenvolveram uma joia tecnológica: um hectare de maçã que no Sul do país produz 30 toneladas por ano, no Vale do São Francisco, irrigado, dá 120 t por ano, duas safras de 60. A tecnologia irá para o pessoal da agricultura familiar na Escola Técnica de Irrigação, a primeira da Bahia, que o governo constrói em Barra em parceria com a iniciativa privada, segundo João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, para ensinar também a plantar maçã e pera:

— O governo não gasta um centavo. Teremos lá 40 apartamentos para treinar o pessoal. Estamos construindo as condições para o sertanejo viver com decência e dignidade.

**PREFEITOS** Seminário online com tema “Me elegi prefeito! E agora?” acontece amanhã e quinta-feira pela StreamYard, transmitido pelo YouTube e Facebook

# Profissionalização do gestor no cargo é tema de webinar



VICTOR ROSA

Todo começo de gestão é um momento importante e, ao mesmo tempo, crucial. As eleições municipais movimentaram o país no último mês, e atingir o alto grau na profissionalização de gestão é importante para que se evite experiências desastrosas neste segmento. Com isso, o Grupo A TARDE e a Afinco promovem o Webinar “Me elegi prefeito! E agora?”, que acontece amanhã e quinta-feira, 9 e 10, das 15h às 17h, na plataforma StreamYard, com transmissão simultânea pelo YouTube e Facebook.

O evento traz como elemento-chave uma visão moderna e diferenciada para a administração pública municipal, ainda muito centrada em soluções de curto prazo e na visão com foco prioritário no aspecto eleitoral. De acordo com o advogado e diretor da Afinco Consultoria, Roberto Soledade, é necessário o gestor saber as questões que envolvem a prefeitura e a legislação.

“O erro mais frequente da gestão pública é o descumprimento de formalidades impostas pela legislação, e isso pode acontecer por desconhecimento ou má-fé. O grande problema é conseguir cumprir todo o aparato que se impõe ao gestor de forma correta, para não ficar um problema futuro”, disse Roberto, durante entrevista ontem para o 'Isso é Bahia',



Divulgação

Roberto Soledade participou do Isso é Bahia

na rádio A TARDE FM.

Apesar do nome do webinar, o evento não é voltado apenas para prefeitos eleitos ou reeleitos. Também podem participar secretários municipais, gestores públicos com a atuação em prefeituras; especialistas, professores e estudantes das áreas de gestão pública e gestão de cidades; entidades

**Webinar apresentará elementos-chave para uma administração de sucesso**

de classe e profissionais de administração, profissionais de órgãos e agências municipais, estaduais e federais voltadas para a administração pública municipal e todas pessoas diretas ou indiretamente envolvidas com a administração pública municipal.

**Orçamento da gestão**

Durante a entrevista, Roberto Soledade explicou que 2021 será de diversos desafios na gestão pública, principalmente na questão do orçamento, fortemente abalado em 2020 por conta da pandemia da Covid-19.

“Primeiro ponto, independentemente da pandemia: todo gestor deve ter em mente o tamanho do seu orçamento. A gente costuma brin-

car que o orçamento é o cobertor curto que você cobre um lado e o outro fica descoberto. Isso em condições normais. Com a pandemia e a brusca queda de arrecadação em 2020, que vai impactar 2021, o cenário vai ser um pouco pior”, explica.

A iniciativa da realização deste Webinar como objetivos apresentar elementos chave para uma administração municipal de sucesso, a partir de janeiro de 2021, promover o diálogo entre especialistas em gestão pública municipal, prefeitos eleitos ou reeleitos e gestores ligados à administração pública municipal; e propiciar a socialização da informação e do conhecimento sobre práticas de referência na gestão pública municipal.

**VERBA PARA COVID**

Mais de 150 municípios baianos são investigados

DA REDAÇÃO

Atualmente, 159 municípios baianos são alvo de apurações conduzidas pelo Ministério Público Federal na Bahia (MPF-BA) que acompanham a devida aplicação dos recursos federais destinados ao combate do novo coronavírus. Ao todo são 66 investigações em andamento, todas abertas durante a pandemia. Os dados foram levantados na última semana de novembro e divulgados ontem. Foram contabilizadas também outras 1.298 apurações que seguem sendo conduzidas no estado, apenas na área de combate à corrupção.

Dentre estas investigações, três já se tornaram ações civis públicas ajuizadas na Justiça Federal, visando melhor aplicação dos recursos públicos do SUS e/ou a aplicação de sanções por ato de improbidade administrativa ao gestor que praticou o desvio.

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, até 1º de dezembro os municípios baianos haviam recebido R\$ 2,5 bilhões em recursos federais destinados ao combate da pandemia. As investigações abrangem casos como aquisição superfaturada ou irregular de testes rápidos, equipamentos de proteção individuais, respiradores, e insumos para atendimentos pelo SUS; irregularidades na contratação ou superfaturamento de contratos para gestão ou reformas de unidades de saúde; pagamento a maior de diárias para profissionais da área; e fraudes em licitações com uso dos recursos emergenciais. O MPF apura, ainda, uso de recursos da merenda e do transporte escolar na pandemia, mesmo com as aulas suspensas.

**FIM DO TÚNEL**

Ex-deputado Júlio Lopes é alvo da Lava Jato no Rio

REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O ex-deputado federal e ex-secretário de Transportes do Rio de Janeiro Júlio Lopes está na mira de uma nova fase da Lava Jato denominada Operação Fim do Túnel. Agentes cumpriram quatro mandados de busca e apreensão ontem.

As diligências se baseiam em fatos revelados pelas operações Tolypeutes, Fatuza Exposta e Ponto Final sobre pagamento de propina para o governo do estado envolvendo desvios nas obras da linha 4 do metrô e fraudes em contratos do setor rodoviário. Pagamento de propina envolvendo contratações no setor de Saúde fazem parte das investigações.

A casa do ex-deputado e um escritório de advocacia ligado a ele foram alvos de buscas. Júlio Lopes foi alvo de denúncia pela Procuradoria Geral da República (PGR), que sustenta que ele recebeu propina quando era secretário no Rio, entre 2010 e 2014; e quando foi deputado, entre 2016 e 2017.

**Defesa**

Lopes e os demais investigados podem responder por corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Em nota, a defesa de Lopes negou que ele esteja envolvido em irregularidades. “Ao longo de quatro anos de investigações, Júlio Lopes sempre se colocou à disposição das autoridades para explicar qualquer fato. Júlio Lopes não praticou nenhum crime ao longo de sua gestão na Secretaria de Transportes e, não por outra razão, as afirmações caluniosas de delatores nunca foram levadas a sério”, diz trecho da nota.

**REGISTROS**

**Agronegócio e Covid 1**  
Líderes do agronegócio baiano no sempre disseram que ganharam na pandemia. Simples: a procura aumentou e o dólar subiu. Walter Pinheiro, secretário de Planejamento, diz que estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) mostra: o PIB do agronegócio baiano cresceu 5,8% no terceiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.

**Agronegócio e Covid 2**  
No período o PIB do agronegócio totalizou R\$ 17,2 bilhões, enquanto o PIB baiano fechou o trimestre em R\$ 74 bilhões. A taxa de participação do agronegócio na economia baiana alcançou 23,4%, no ano, a participação é de 24,4%. Já viu que tudo tem o seu lado bom?

**Chapa pronta**

ACM Neto, que disse sentir-se ‘gabaritado’ para disputar o governo em 2022, já tem Zé Ronaldo, de Feira, que também já disse que estará na chapa, e outro nome disposto a engrossar o time: Rodrigo Hagge (MDB), que se reelegeu prefeito em Itapetinga com mais de 70% dos votos.

**Conceição da Praia**

Só para lembrar, hoje é dia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Nos velhos tempos, um festão. Hoje, com a Covid, mal a missa.

**RÉVEILLON** Avanço de casos e mortes em Salvador preocupa gestor, que adotou restrições

# Prefeitura suspende show da virada, interdita a Barra e restringe bares

CÁSSIO SANTANA

O prefeito ACM Neto (DEM) anunciou ontem, 7, que, com o aumento do número de casos de Covid-19 em Salvador, a prefeitura decidiu suspender o show da virada e proibir a circulação de pessoas na Barra durante o Réveillon. Neto disse também que a prefeitura suspenderá o funcionamento de atividades sociais, como cinemas e casas de espetáculos.

"Estamos determinando a suspensão também de atividades sociais em clubes sociais. As atividades esportivas estão autorizadas", disse.

Segundo ele, a live do Forte São Marcelo era uma atividade totalmente segura. Contudo, as autoridades querem mandar um recado para a população. "Vamos suspender o Show da Virada e interditar a Barra no dia 31, de maneira a evitar qualquer tipo de aglomeração na orla, como tradicionalmente acontece", disse o prefeito em coletiva de imprensa realizada no Palácio Thomé de Souza.

Nos últimos 15 dias, segundo ele, as coisas pioraram muito. "A situação está muito mais grave. Infelizmente, dado esse aumento tão expressivo [de casos], o momento da entrada de 2021 não será um momento para celebração. Ao contrário, estamos vivendo um momento de preocupação. Portanto, para chamar a atenção de todos, para mostrar que essas medidas que são inevitáveis, vamos tomá-las", explicou.

Neto assegurou que a queima de fogos acontecerá em diferentes pontos da cidade, mas em "lugares não anunciados justamente para não haver aglomeração".

**Bares fechados**

Devido a aglomerações nos



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

**O prefeito ACM Neto mostrou-se preocupado com o avanço da doença e adotou mais medidas restritivas**

finais de semana, os bares e restaurantes nos bairros do Rio Vermelho e Itapuã terão restrições ficarão fechados das 17h às 6h, de sexta a domingo. "Não vale para o período diurno. De segunda a quinta está liberado qualquer horário. Mas de sexta a domingo, das 17h às 6h da manhã, tudo estará proibido em termos de bares e restaurantes nos dois bairros", explicou.

Pontos de aglomeração permanente nos finais de semana, os dois bairros estão na mira da prefeitura. "Não estou fechando os bairros, a gente só está proibindo a abertura de bares e restaurantes neste horário, e isso vale também para vendedor de cerveja, nada de co-

mércio informal de sexta a domingo, das 17h às 6h".

O prefeito mostrou-se preocupado com o cenário epidemiológico da capital. De acordo com números da prefeitura, as taxas de contaminação e de ocupação de leitos de UTI têm aumentado gradativamente no mu-

**Atividades sociais em clubes também foram interrompidas pela prefeitura**

nicipio. A cidade atingiu o patamar de 81% de ocupação dos leitos clínicos e 70% dos de UTI.

"A gente percebe um novo aumento do número de casos. Da mesma forma que a Europa e os EUA já vivem a segunda onda, está desenhado que vamos viver a segunda onda no Brasil. Já estamos começando. Então, se fosse uma escada, já começamos a subir os primeiros degraus. Portanto, o nosso dever, nossa obrigação é agir no tempo certo, tomar as providências no momento certo, não esperar que o pior aconteça", disse.

De acordo com Neto, Salvador mantém uma média de infecções de 150 a 160 casos na semana passada.

Nos últimos dias, no entanto, a capital tem registrado 400 casos diariamente. ACM Neto assegurou a abertura de 40 de novos leitos dedicados exclusivamente para tratamento da Covid-19 até o dia 20 e afirmou que a expectativa é que até o final do ano o município tenha o mesmo número de leitos do período crítico da pandemia.

"Temos conversado com o Governo do Estado, que também tem interesse em abrir novos postos para tratamento da Covid-19. A expectativa é que até o final do ano tenhamos o mesmo número de leitos do auge da pandemia. Então, aqueles leitos que foram desmobilizados serão retomados", indicou.

**VERÃO SEGURO**

## Governo lança manual para frear disseminação

RODRIGO AGUIAR

O Governo do Estado lançou um manual, chamado Projeto Verão Seguro, para orientar turistas e prestadores de serviços com o objetivo de tentar frear a disseminação da Covid-19. Ontem, o governador Rui Costa afirmou que o cenário de transmissão do novo coronavírus na Bahia já pode ser classificado como uma "segunda onda".

"Ao longo da semana passada inteira, a taxa de contaminação se manteve alta em todas as regiões do estado, tanto é que isso já está se refletindo no aumento do número de óbitos. Também na semana passada, estávamos com cerca de 20 óbitos diários, índice que vinha se mantendo há cerca de 60 dias e, nesse final de semana, já pulamos para o patamar de 30 óbitos, sendo 22 em Salvador. Então, os números começam a ficar, infelizmente, mais severos e mais críticos", disse Rui.

Entre as recomendações do manual a estabelecimentos e ao poder público municipal, estão a proibição de ônibus de turismo nas praias e de qualquer tipo de

música ao vivo em bares e restaurantes. Nos estabelecimentos, deve ser respeitado o limite de quatro pessoas por mesa.

A Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) também sugere limitar o funcionamento até as 23h em ambientes fechados e permitir funcionamento até as 2h em áreas abertas, ao ar livre, resguardadas as medidas de distanciamento social.

Bares, restaurantes, barracas de praia e áreas de piscina em hotéis devem dispor as mesas com uma distância mínima de dois metros. O mesmo se aplica a ambientes fechados, quando for o caso.

Não devem ser permitidas aglomerações localizadas, caracterizadas, conforme a secretaria, pela presença de mais de uma pessoa por m<sup>2</sup>. Em hotéis, o governo ainda recomenda limitar eventos em áreas internas para, no máximo, 50 pessoas, independentemente do espaço.

A distância de 1,5 m entre as pessoas é recomendada não só em estabelecimentos, mas também em espaços abertos, como trilhas, e embarcações.

É reforçada a necessidade



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

**Governador Rui Costa afirmou que cenário do novo coronavírus na Bahia já pode ser classificado como "segunda onda"**

de uso de máscaras e também de álcool a 70% por turistas e trabalhadores, incluindo fornecedores e prestadores de serviços, quando não for possível lavar as mãos com água e sabão.

Os donos de estabelecimentos devem monitorar os trabalhadores quanto à existência de sinais e sintomas gripais e encaminhá-los para serviços de saúde para realizar a testagem laboratorial.

Em casos confirmados de

Covid-19, o trabalhador deve ser afastado das atividades e orientado a cumprir com o período de isolamento.

"Em cada estado, foram adotadas medidas ou protocolos, eventualmente, diferentes uns dos outros. Então, é importante que turistas vindos de outras cidades e de outros estados saibam quais são as orientações de saúde aqui da Bahia", explicou o chefe do Executivo baiano.

Na última semana, o go-

**CONCEIÇÃO DA PRAIA**

**Fiéis rendem louvores à padroeira da Bahia**

MARIA PAULA MARQUES\*

É chegado o dia da padroeira da Bahia. Como todo ano, a Nossa Senhora da Conceição recebe homenagens em 8 de dezembro. No entanto, em virtude da pandemia, as paróquias dedicadas à Imaculada Conceição da Mãe de Deus precisaram ajustar a programação que sempre contou com a presença de milhares de fiéis.

Hoje, não é feriado. Salvador e mais oito municípios baianos tiveram antecipação da data para maio, quando os governos municipal e estadual decretaram uma semana de folgas, em um esforço de reduzir a taxa de contágio da Covid-19.

Na Basílica Santuário Nossa Senhora da Conceição da Praia, no Comércio, serão celebradas missas às 5h, 7h, 14h30 e 17h. O ápice dos festejos será a missa solene, presidida pelo cardeal dom Sérgio da Rocha, às 9h. Ao longo do dia, a imagem da santa ficará na porta do templo. A programação será transmitida pelo canal do YouTube da Basílica Santuário Nossa Senhora da Conceição da Praia.

Já no bairro de Valéria, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição deu início à programação, às 7h, com carreta pela região e missa, às 9h, presidida pelo padre Philippe Le Puil. Às 16h, haverá celebração sob a regência do vigário geral da Arquidiocese de Salvador, padre Juraci Gomes; e às 19h, o arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, cardeal dom Sérgio da Rocha, presidirá a missa solene.

Em Itapuã, na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, a programação terá início às 5h, com alvorada e recitação do Ofício da Imaculada Conceição. Ao longo do dia serão seis missas.

\*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

**Governador já havia proibido a realização de shows e festas**

vernador já havia proibido, em decreto, a realização de shows e festas. Rui voltou a explicar o motivo.

"Nesses shows e festas há ingestão de álcool, além de música em um ambiente propício à aproximação, fazendo com que as pessoas acabem baixando a guarda com as medidas protetivas", disse.

**Leitos**

O secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, anunciou a reabertura de 170 leitos de UTI para pacientes com Covid-19, dos quais 130 em Salvador. Desses 170 leitos, 50 já foram reabertos, conforme a pasta.

Os leitos de UTI da capital serão distribuídos da seguinte forma: 80 no Hospital Espanhol, 30 no Ernesto Simões e 20 no Couto Maia. Os leitos atenderão pacientes da capital e do interior, por meio do sistema de regulação, de acordo com a Sesab.

No interior, serão viabilizados 20 leitos de UTI em Feira de Santana, 10 em Porto Seguro e 10 em Juazeiro. A taxa de ocupação de leitos de UTI adulto para a Covid-19 é de 77% na Bahia, segundo a secretaria.



## Só no vagão

A equipe escalada pelo Palácio do Planalto para tocar o plano de concessões do governo federal aposta que a disputa pelo trecho da Fiol entre Caetité e Ilhéus será decidida em lance único. Em avaliações internas, integrantes do grupo acreditam que a Bamin entrará sozinha no leilão, em parceria com um gigante do setor de logística, como a Rumo, a VLI ou alguma operadora ferroviária estrangeira. A previsão se baseia em dois fatores: além do porto engatilhado em Ilhéus, a Bamin tem também volume de carga para justificar o negócio.

# Rui confirma 2ª onda de covid-19 na Bahia

**Governador** apela aos jovens para evitar aglomeração e proíbe shows e festas

**Marina Hortelão\*** e agências  
REPORTAGEM  
marinahortelao@redetbahia.com.br

O governador Rui Costa admitiu, ontem, que a Bahia está vivendo a segunda onda de covid-19, uma vez que a taxa de contágio tem se mantido alta em todo o território estadual. Reabertura de leitos e proibição de shows estão entre as medidas tomadas pelo governo estadual para evitar elevação ainda mais expressiva dos casos da doença. Ao comentar o crescimento nas contaminações, Rui fez apelo aos mais jovens para evitarem aglomerações nas ruas.

"Independentemente da classe social, os jovens estão

se expondo excessivamente e estão fazendo aglomerações em ruas e praças e outros lugares públicos e isso infelizmente vai levando a doença para dentro das casas das pessoas. Mesmo que o jovem não precise ir para a UTI, pode levar a mãe, o tio, o pai ou a avó para o hospital. Em função desse comportamento, o número de óbitos está crescendo", alertou.

No domingo, 06, o boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) registrou 4.080 novos casos da doença em 24 horas no território baiano. Na data, o estado possuía 11,7 mil casos ativos de covid-19. Ontem, 1.580 novos doentes foram registrados pelo boletim diário do órgão. Entre do-



Os jovens estão se expondo e estão fazendo aglomerações em ruas e praças e isso infelizmente vai levando a doença para dentro das casas das pessoas  
**Rui Costa**

Governador do estado ressaltou que mesmo tendo fontes mais brandas da covid-19, os jovens podem funcionar como vetores para contaminar os familiares.

mingo e ontem, 57 mortes foram acrescentadas à base de dados da Sesab. O número total de mortos na Bahia, até ontem, era 8.445.

"Ao longo da semana passada, a taxa de contaminação se manteve alta em todas as regiões do estado, tanto é que isso já está se refletindo no aumento de óbitos. Também na semana passada estávamos com cerca de 20 óbitos diários, índice que vinha se mantendo há cerca de 60 dias e, nesse final de semana, já pulamos para o patamar de 30 óbitos, sendo 22 em Salvador. Por isso, já ampliamos, inclusive, o número de leitos", destacou Rui (leia sobre os leitos estaduais na pág 06).

O governador ressaltou o decreto que proíbe a realização de qualquer show ou festa, independente de qual motivação ou público. "O motivo disso é que nesses shows e festas há ingestão de álcool, além de música em um ambiente propício à aproximação, fazendo com que as pessoas baixem a guarda".

## Governo faz plano geral de recomendações para o Verão

Quem acredita que Verão na Bahia é sinônimo de festa e multidões, vai ter que se acostumar com um cenário muito diferente. Devido à pandemia, uma das grandes recomendações é não causar aglomerações, como orienta a nota técnica publicada pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde da Bahia (COES), do governo do estado, na sexta-feira (04). O documento traz série de indicações de segurança no período mais quente do ano (veja ao lado).

O texto lista recomendações para a rede hoteleira, praias, ruas, praças, barracas de praia, restaurantes, bares, vendedores ambulantes das praias, companhias e embarcações marítimas, além de trilhas e turistas. Em todos os pontos, as orientações reforçam a necessidade de máscara e distanciamento social, uso de álcool a 70% e lavar as mãos.

O governador Rui Costa explicou que a resolução é importante por orientar os turistas quanto às medidas de segurança durante a visita à Bahia. "Em cada estado foram adotadas medidas ou protocolos, eventualmente, diferentes uns dos outros. Então, é importante que turistas vindos de outras cidades e de outros estados saibam quais são as orientações de saúde aqui da Bahia", disse.

### ÔNIBUS DE TURISMO

Segundo o documento, a presença de mais de uma pessoa por m<sup>2</sup> é caracterizada como uma aglomeração. Os ônibus de turismo também não podem entrar nas praias.

A indicação também é não promover fes-



Plano estadual faz série de advertências para uso de áreas públicas como as praias, que costumam lotar no Verão

tas, shows e música ao vivo. O recomendado é que os bares e restaurantes encerrem o funcionamento dos espaços fechados até às 23h, podendo manter as áreas abertas, ao ar livre até às 2h (veja ao lado as regras principais).

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes seccção Bahia (Abrasel-BA), Leonardo Meneses, afirma que o setor já segue boa parte das regras, mas algumas recomendações não eram esperadas. A indicação para não realizar festas, shows ou ter música ao vivo é um dos fatores

questionados pela entidade, que alega que a apresentação musical é de "extrema importância" para os estabelecimentos e os músicos.

Nos hotéis as recomendações também não fogem muito do que já é praticado pelo setor, garante o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA), Luciano Lopes. De acordo com ele, apenas a proibição de shows, festas e música ao vivo e a capacidade máxima de 50 pessoas é novidade.

\*COM A ORIENTAÇÃO DA SUB-CHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LOBO

## PLANO VERÃO:

**Hotéis** Manter distância entre as mesas de 2m nas áreas de restaurantes, bares, piscinas e praias; manter álcool a 70% nos espaços coletivos e de maior circulação; garantir treinamento aos trabalhadores em relação às medidas de prevenção à covid-19; garantir higienização dos ambientes com uso de produtos autorizados pela Anvisa; garantir que todos os trabalhadores, incluindo fornecedores e prestadores de serviços, estejam com máscara facial; monitorar os trabalhadores quanto a presença de sinais e sintomas gripais e encaminhá-los para o serviço de saúde para realizar a testagem; em situações de confirmação para covid-19, afastar o trabalhador e orientá-lo a cumprir o isolamento social; proibir festas, shows e música ao vivo; limitar eventos em áreas internas do hotel para a capacidade máxima de até 50 pessoas independente do espaço, respeitando o limite de 1 pessoa por m<sup>2</sup>;

**Praias e áreas públicas** Garantir o distanciamento mínimo de 2m entre cadeiras, mesas e sombrinhas móveis; não permitir festas, shows e música ao vivo; não permitir a entrada de ônibus de turismo nas praias; não permitir aglomerações localizadas; garantir a disponibilidade de álcool a 70% nas barracas de praia, bares e restaurantes; cobrar dos empreendedores o treinamento dos trabalhadores de estabelecimentos comerciais que atendem às praias, em relação à prevenção da covid-19; cobrar que todos os trabalhadores das barracas de praias, incluindo fornecedores e prestadores de serviços, estejam usando a máscara facial;

**Bares e Restaurantes** Manter distância mínima de 2m entre as mesas; garantir álcool a 70%, sabão e papel toalha para a lavagem das mãos dos clientes e lixeira com pedal para descarte de resíduos; garantir treinamento aos trabalhadores nas medidas de prevenção à covid-19; garantir higienização de ambientes com uso de produtos autorizados pela Anvisa; garantir que todos os trabalhadores, fornecedores e prestadores estejam de máscara; monitorar trabalhadores quanto a sinais e sintomas gripais e encaminhá-los para o serviço de saúde para realizar a testagem e caso se confirme a covid-19, afastar o trabalhador e orientá-lo a cumprir o isolamento social; proibir mais de 4 pessoas em uma única mesa; proibir festas, shows, música ao vivo; não permitir aglomerações localizadas; limitar o funcionamento até às 23h para ambientes fechados; permitir funcionamento em áreas ao ar livre até às 2h da madrugada

Veja todas as recomendações do governo estadual para todos os setores do turismo durante o verão no nosso site: [correio24horas.com.br](http://correio24horas.com.br)

## Governo cobra a compra de insumos e reabrirá leitos

**COVID-19** O governador Rui Costa (PT) cobrou uma preparação logística do governo federal quanto aos insumos que serão necessários para a vacinação em massa, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar uma vacina. Em entrevista à rádio Bandeirantes, ontem, Rui falou que considera importante que o país garanta insumos como seringa, por exemplo. "Já deveríamos estar tendo reunião do Ministério da Saúde com os secretários de Saúde dos estados e dos municípios para preparar toda a logística. É preciso urgência em toda essa preparação para, assim que a vacina esteja disponível, nós possamos iniciar [a vacinação] imediatamente", falou o governador ao apresentador José Luiz Datena.

Rui também apontou que outros países já estão adquirindo esses produtos e que não há volume suficiente para, de uma vez só, atender a toda população mundial.

Durante a entrevista, o governador disse que está em contato com as embaixadas dos países que estão produzindo vacinas, além da diretoria da Pfizer e da Moderna. "Temos que dialogar com todo mundo que tem uma vacina disponível", falou.

Rui Costa também cobrou celeridade da Anvisa na análise das vacinas. "A Anvisa tem

**O governador Rui Costa autorizou a Secretaria da Saúde do Estado a reabrir leitos que haviam sido desativados temporariamente, em unidades da capital e do interior, assim como ampliar os leitos do Hospital Espanhol para a capacidade máxima Fábio Vilas-Boas**

Secretário estadual de Saúde

que tratar com absoluta prioridade e urgência a análise das diversas vacinas. O Reino Unido aprovou a fase de vacinação emergencial. Ainda não é a aprovação definitiva, mas destinada a grupos de alto risco", lembrou.

Com o aumento no número de casos da doença, a Bahia reabrirá mais 170 leitos de UTI para covid-19. Destes, 130 são em Salvador. As medidas foram anunciadas pelo secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas.

Os leitos de UTI serão abertos nos hospitais Espanhol (80), Ernesto Simões (30) e Couto Maia (20) e atenderão pacientes da capital e do interior, através do sistema de regulação. Além dos leitos da capital, a Sesab viabiliza a abertura de UTIs em Porto Seguro (10), Juazeiro (10) e Feira de Santana (20). Dos 170 leitos de UTI covid-19 programados, 50 já foram abertos.

"O governador Rui Costa autorizou a Secretaria da Saúde do Estado a reabrir leitos que haviam sido desativados temporariamente, em unidades da capital e do interior, assim como ampliar os leitos do Hospital Espanhol para a capacidade máxima", afirmou Fábio Vilas-Boas, em postagem no Twitter.

Também será ampliada a testagem e instituídos protocolos de segurança para o verão em todo o estado. Segundo informações da Secretaria estadual da Saúde (Sesab), kits de coleta do exame RT-PCR estão sendo distribuídos para todos os municípios fazerem busca ativa através do mapeamento de contactantes próximos de pessoas infectadas.

Para reforçar o processamento dos testes, o Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA) recebeu um novo robô de extração de RNA e outros equipamentos que serão instalados a partir de hoje. Os equipamentos ampliarão a capacidade de processamento de amostras em mais de 1 mil testes por dia, alcançando 6 mil testes diários.

Nas ruas de Salvador, em Brotas e na Pituba, a Prefeitura aplicou 899 testes rápidos para detecção da covid-19. Entre as pessoas testadas, 140 apresentaram resultado positivo para a doença, sendo 101 delas em Brotas e 39 na Pituba. Desde que as medidas de prevenção foram retomadas, 1.484 pessoas foram testadas e 251 tiveram resultado positivo.

**LEIA MAIS SOBRE A DOENÇA NA CIDADE E NO ESTADO NAS PÁGINAS 14 E 15**

## ORÇAMENTO

**11**

**de dezembro é o prazo final para que os 513 deputados federais, os 81 senadores e as 27 bancadas estaduais no Congresso Nacional apresentem emendas à proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021. Além da meta fiscal, a LDO define, por exemplo, regras sobre as ações prioritárias, acerca da transferência de recursos federais para os entes federados**



WINDYSON ARAUJO/CNA/REUTERS

**No acumulado da semana, o Brasil embarcou 1,14 milhão de toneladas de milho**

## Exportação de milho do Brasil sobe 44% na 1ª semana de dezembro

**AGRONEGÓCIO** As exportações de milho do Brasil atingiram média diária de 286,2 mil toneladas na primeira semana de dezembro, o que representa ritmo 44,3% superior à média de 198,3 mil toneladas por dia registrada no mês completo do ano passado, indicaram os dados publicados, ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), autarquia do governo federal.

No acumulado da última semana, o país embarcou para o exterior 1,14 milhão de toneladas do cereal, contra 4,16 milhões de toneladas em todo o mês de dezembro de 2019, de acordo com dados do governo.

As exportações brasileiras

de soja, por sua vez, seguiram muito abaixo da média do último mês do ano anterior, após os enormes embarques de 2020 se concentrarem em meses anteriores.

Segundo a Secex, foram exportadas em média 30,1 mil toneladas da oleaginosa por dia na primeira semana de dezembro, ante a média de 155,7 mil toneladas diárias ao longo de todo o mês de dezembro de 2019.

Em relação à indústria extrativa, os embarques de minério de ferro do Brasil alcançaram média diária de 1,6 milhão de toneladas até a primeira semana desse mês, uma alta de 35,7% quando em comparação com a média de dezembro de 2019.

### COTAÇÃO

## R\$ 5,12

cotação do dólar comercial. A moeda americana fechou ontem vendida a R\$ 5,123, com recuo de 0,02%. Durante quase todo o dia, operou abaixo de R\$ 5,10, chegando a atingir R\$ 5,06 na mínima da sessão.

## -0,14%

Ibovespa teve leve recuo e fechou em 113.590 pontos.

### INDICADORES DE TRABALHO REGISTRAM QUEDA

**NOVEMBRO** Os dois indicadores sobre mercado de trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentaram piora de outubro para novembro. O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), que busca antecipar tendências do mercado de trabalho, recuou 0,4 ponto em novembro, para 84,5, em uma escala de 0 a 200 pontos.

Esta foi a primeira queda do indicador após seis altas consecutivas. "O cenário para os próximos meses, com elevada incerteza, principalmente sobre a velo-

cidade da retomada da economia após o fim dos benefícios do governo, é desafiador e sugere que ainda não é possível vislumbrar uma recuperação robusta no curto e médio prazo", disse o economista Rodolpho Tobler.

O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que mostra a avaliação dos consumidores sobre a situação atual, subiu 3,2 pontos e atingiu 99,6, o maior nível desde maio. O ICD tem escala invertida de 200 a 0 pontos, ou seja, quanto maior a pontuação, mais negativa é a avaliação.

### ESTIMATIVA DE INFLAÇÃO SOBE PARA 4,21%

**MERCADO FINANCEIRO** A estimativa do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,54% para 4,21%, de acordo com o boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central. O documento reúne projeções para os principais indicadores da economia.

Conforme mostra a instituição, essa é a 17ª alta seguida da estimativa e extrapola, pela primeira vez, o centro da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional para este

ano, de 4%. Se considerada a margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, o índice, porém, permanece dentro da meta.

A projeção para 2021 também foi atualizada, ao cair de 3,47% para 3,34%, desdoando da tendência verificada até a semana passada, que era de crescimento.

Outra referência que consta no boletim é a taxa básica de juros, a Selic, instrumento usado para alcançar a meta de inflação. Foi mantida inalterada em 2% ao ano para o fim de 2020.

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Um perigo imprevisto

O debate sobre a sucessão no Congresso criou para o Brasil um estranho e perigoso momento. A posição certa foi a que prevaleceu, felizmente, porque não é preciso ser um jurista para saber o que significa a palavra "vedado". É desrespeitar a Constituição é um caminho sem volta. O problema é que cinco ministros acharam que era possível outra interpretação que não a que permite a literalidade da lei. O novo ministro Kassio Nunes fez um contorcionismo no seu voto para deixá-lo sob medida para o que o presidente da República queria.

O primeiro erro de todo esse debate está na consulta ao Supremo Tribunal Federal (STF) para interpretar um artigo que não tinha qualquer ambiguidade, não era passível de interpretação porque era autoexplicativo. Se procuraram o STF é pelo excesso de judicialização da política, como alertou o presidente do Supremo no seu voto.

Houve um momento em que se dizia que o STF consideraria o assunto interna corporis e um novo mandato para os presidentes das duas Casas seria possível com apenas uma mudança regimental. Felizmente, essa horripilante ideia foi afastada. Afinal, se

um regimento interno pudesse mudar a Constituição o Brasil estaria no pior dos mundos.

A proposta que foi derrotada era bem mais sofisticada, mesmo assim contornava o incontestável. A palavra escrita na Carta de 1988 é "vedado". Sim, essa proibição foi herdada da constituição imposta pela ditadura, mas foi aceita pela constituição democrática. Não pode uma interpretação ser o oposto do que está escrito, como disse a ministra Cármen Lúcia no seu voto, ao falar da vedação expressa de um novo mandato aos chefes do legislativo: "Desconhecê-la ou desprezá-la para estabelecer-se outra em seu lugar ao argumento de se estar a interpretá-la é inviável juridicamente."

Um detalhe curioso desse julgamento é que o ministro Marco Aurélio Mello abriu a divergência. E acabou com a maioria. Nor-

### A dúvida sobre a reeleição no Congresso era simples, mas virou tensão institucional

malmente ele o faz para ficar só. Desta vez teve companhia majoritária. Mas não se pode esquecer que cinco ministros consideraram que era possível dar outro sentido à palavra "vedado". Um desses cinco é o recém-chegado que mostrou que fez um voto recortado: ele permitia a reeleição de senador Alcolumbre, que tem sido mais ligado ao executivo, mas não do deputado Rodrigo Maia, que tem sido mais independente. Passou a sensação de que estão certos os que julgam que ele no STF vai cumprir tarefa. A de agradar o governante que o indicou.

Nesse fim de semana, nas ho-

ras que antecederam os votos dos ministros Edson Fachin, Luis Roberto Barroso e Luiz Fux, houve o seguinte: militantes anônimos das milícias digitais voltaram a defender aquilo que diziam nas passeatas antidemocráticas das quais Bolsonaro participou. Aproveitaram o sentimento de insatisfação e defenderam que os militares fechassem o STF, já que o Supremo estaria "contra a Constituição". Em grupos de Whatsapp circulava uma convocação aos generais. As ideias que o presidente plantou em seus seguidores estão apenas à espera de uma oportunidade para voltarem à tona.

Isso fez com que as pessoas que defendem a Constituição — por convicção e por princípio — estivessem na desconfortável companhia de quem gostaria muito de rasgá-la. E isso porque, para os bolsonaristas, o respeito ao espírito da lei acabou por abrir

a chance de ter um presidente da Câmara submisso ao executivo. E isso é o que acontecerá se alguns dos candidatos que se apresentam conseguirem votos suficientes, entre eles o mais evidente é o deputado Arthur Lira (PP-AL), candidato dos Bolsonaros. Lira foi objeto de um benefício estranho com a anulação do processo em Alagoas. Mas há outras ações contra ele no STF.

O veredito do STF já foi dado mas será proclamado na sexta-feira. Ninguém acredita em mudança de voto, mas permanece o desconforto de ter havido quatro votos na primeira hora contra o texto expresso. E mais o quinto voto de encomenda. "Estamos aos soluços, comemorando ter sobrevivido a cada sobressalto", me disse uma autoridade que vê tudo com muita preocupação. Essa questão era simples, no início. Bastava ler a lei. Mas, pelo extremo da hora que vivemos, virou mais um momento de tensão institucional. Os que trabalham para solapar a ordem constitucional viram nessa hesitação do Supremo uma oportunidade. E eles continuam tramando. Eles não des-cansam.

\*COM ALVARO GRISEL (DE SÃO PAULO)



# Produção de carros sofre risco de parar

**FALTA DE INSUMOS** Diante da falta de peças nas linhas de montagem, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) alertou ontem para o “risco imediato” de paralisação de fábricas de veículos. Conforme a direção da associação que representa as montadoras instaladas no País, existe a possibilidade de linhas pararem nesta semana, afetando o desempenho de fim de ano do setor.

“O risco de paralisação é muito alto agora para dezembro, inclusive, talvez, para esta semana”, afirmou o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, que

considerou a situação como preocupante. “Esse é um risco imediato, não é teórico”, acrescentou o dirigente da Anfavea, citando, em entrevista coletiva, problemas de abastecimento em insumos como aço, borracha, pneus e materiais plásticos.

Moraes, que no mês passado já tinha relatado a ocorrência de “microparasitas” na cadeia de suprimentos, informou que as montadoras seguem dando apoio a seus fornecedores, o que inclui, além de ajuda logística, a compra de matérias-primas que estão em falta e que também tiveram aumento de preços.

## 238.200

**veículos foram produzidos em novembro, um crescimento de apenas 0,7% sobre outubro**

## 330

**mil veículos estavam nos estoques das montadoras em novembro de 2019; hoje, os pátios estão vazios, contabilizando o menor estoque desde março de 2004**

Ele atribuiu o quadro de desabastecimento a um descompasso entre a retomada rápida da produção industrial e a capacidade de abastecimento dos fornecedores. Esse desequilíbrio, na avaliação dele, pode ser corrigido em questão de um ou dois meses, mas sem evitar, porém, um impacto na produção na reta final do ano. Há ainda a interrupção do abastecimento de insumos importados em razão de contaminações por covid-19 no exterior. Como exemplo, apontou um fornecedor na Inglaterra que teve a produção afetada pela segunda onda do vírus na Europa.

# Atividade industrial mantém crescimento em outubro, diz CNI

**VELOCIDADE MENOR** Após se recuperar da queda provocada com a pandemia de covid-19, a atividade industrial conseguiu manter o crescimento em outubro, embora em velocidade menor do que no mês anterior, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Houve crescimento em “todos os indicadores de atividade”, na comparação com setembro, após o ajuste sazonal (faturamento, utilização da capacidade instalada, horas trabalhadas e emprego).

**Índice que mede o emprego, porém, mostrou que está abaixo do nível de antes da pandemia**

“O arrefecimento do ritmo de crescimento já era esperado, uma vez que, de uma maneira geral, a indústria de transformação já se recuperou da queda provocada pela pandemia”, informou a CNI.

Ainda segundo a confederação, se a base de comparação for o acumulado do ano (de janeiro a outubro), os re-

sultados ainda são negativos em relação aos do mesmo período de 2019. A expectativa é de que, ao fim do ano, o faturamento real médio esteja acima do registrado em 2019.

Já o índice que mede o emprego mostrou que este ainda está abaixo do nível anterior à pandemia, embora continue em crescimento.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 08/12/2019	Página: 07

# Tribuna

## Bahia abre 170 leitos de UTI após alta de casos

BERNARDO REGO  
ESTAGIÁRIO

A pandemia provocada pelo novo coronavírus está longe do fim e na Bahia o cenário não é diferente. O aumento do número de casos fez com que o governo do estado anunciasse a abertura de 170 leitos de UTI para tratamento da Covid-19, sendo 130 em Salvador. A taxa de ocupação das unidades de terapia intensiva ultrapassam os 70%. As medidas foram anunciadas nesta segunda-feira (7).

Os leitos de UTI serão abertos nos hospitais Espanhol (80), Ernesto Simões (30) e Couto Maia (20) e atenderão pacientes da capital e do interior, através do sistema de regulação. Além dos leitos da capital, a Secretaria da Saúde do estado da Bahia (Sesab) viabiliza a abertura de UTIs em Porto Seguro (10), Juazeiro (10) e Feira de Santana (20). Dos 170 leitos de UTI Covid-19

programados, 50 já foram abertos. Ainda de acordo com informações da Sesab, foram registrados 4080 novos casos da Covid-19 em todo o estado nas últimas 24 horas de um total de mais de 420 mil casos desde o início da pandemia. Os óbitos ultrapassam a marca 8400 registros.

De acordo com o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, a testagem mediante o teste RT-PCR será ampliada, assim como os protocolos de segurança para o verão em todo o estado. O Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA) recebeu um novo robô de extração de RNA e outros equipamentos que serão instalados, a partir desta terça-feira (8), e ampliarão a capacidade de processamento de amostras em mais de 1.000 testes por dia.

O Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) divulgou os protoco-

los sanitários a serem cumpridos durante a temporada de verão. Dentre as recomendações, encontra-se a proibição de shows e música ao vivo, a restrição ao acesso de ônibus de turismo às praias, a delimitação dos espaços públicos ocupados por bares e restaurantes e o estímulo para ocupação de áreas ao ar livre, em detrimento de salões fechados. "Ao longo das últimas semanas, tem sido possível notar o aumento consistente no número de casos novos da Covid-19 no território estadual, com a consequente elevação nas taxas de ocupação hospitalar para além do considerado seguro", destacou Vilas-Boas.

O pneumologista Guilherme Fontes Ribeiro destacou que houve um relaxamento por parte da população e isso acarretou o aumento de casos. "As pessoas que ficaram em casa durante esse tempo todo

relaxaram quanto às medidas de enfrentamento da pandemia e começaram a sair sem utilizar a máscara. Houve uma maior disseminação e por consequência uma ocupação elevada em relação aos leitos de UTI. Não é momento de esquecer os cuidados, mas não é necessário pânico. É primordial manter os protocolos para que não apareçam mais casos graves", salientou.

Nos hospitais públicos de Feira de Santana, as taxas de ocupação são altas. O Hospital de Campanha está com ocupação de 49% dos leitos clínicos e 67% dos leitos de UTI. No Hospital Geral Clériston Andrade, os leitos de UTI estão com 100% de ocupação. Também há registro de 100% de ocupação dos leitos em Porto Seguro. Ainda no sul da Bahia, na cidade de Eunápolis, há cerca de 15 dias que os leitos seguem com 100% de ocupação.

### GOVERNADOR APELA AOS JOVENS

## Rui Costa confirma segunda onda da Covid

Ontem, o governador Rui Costa comentou o aumento do número de óbitos e classificou que a Bahia está vivendo uma segunda onda da Covid-19, uma vez que a taxa de contágio tem se mantido alta em todo o território estadual. Reabertura de leitos e proibição de shows estão entre as medidas tomadas pelo governo baiano, visando evitar uma elevação ainda mais expressiva dos casos da doença.

"Ao longo da semana passada inteira, a taxa de contaminação se manteve alta em todas as regiões do estado, tanto é que isso já está se refletindo no aumento do número de óbitos. Também na semana passada, estávamos com cerca de 20 óbitos diários, índice que vinha se mantendo há cerca de 60 dias e, nesse final de se-

mana, já pulamos para o patamar de 30 óbitos, sendo 22 em Salvador. Então, os números começam a ficar, infelizmente, mais severos e mais críticos. Por isso, já ampliamos, inclusive, o número de leitos disponíveis, uma vez que estamos reabrindo 100 leitos que havíamos fechado, em função na queda dos índices da pandemia", destacou o governador.

Por decreto, o governador fez questão de ressaltar, existe a proibição de realização de qualquer show ou festa, independente de qual motivação ou público. "O motivo disso é que nesses shows e festas há ingestão de álcool, além de música em um ambiente propício à aproximação, fazendo com que as pessoas acabem baixando a guarda com as medidas protetivas e nós

estamos já vivendo o que poderíamos classificar de segunda onda", avaliou Rui.

Publicada no site da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) e batizada de 'Recomendações para um Verão seguro', uma resolução indica medidas como a restrição de acesso a ônibus de turismo e a realização de shows e apresentações de música ao vivo em bares. "Em cada estado, foram adotadas medidas ou protocolos, eventualmente, diferentes uns dos outros. Então, é importante que turistas vindos de outras cidades e de outros estados saibam quais são as orientações de saúde aqui da Bahia e como nós vamos receber muita gente no final de ano - em várias regiões do estado os hotéis venderam bastante, a exemplo do extremo

sul. Dessa forma, é preciso que essas pessoas tenham acesso a essas recomendações, qual a situação da doença no estado e o que elas devem fazer", exemplificou o governador.

### RECADO AOS JOVENS

O governador faz um apelo à população, especialmente aos jovens. "Independente da classe social, os jovens estão se expondo excessivamente e estão fazendo aglomerações em ruas e praças e outros lugares públicos e isso infelizmente vai levando a doença para dentro das casas das pessoas. Mesmo que o jovem não precise ir para a UTI, pode levar a mãe, o tio, o pai ou a avó para o hospital. Em função desse comportamento, o número de óbitos está crescendo", alertou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 08/12/2019	Página: 04

# Tribuna

## Pela primeira vez, mercado financeiro projeta inflação acima da meta

ESTADÃO CONTEÚDO

**C**om a adoção da bandeira vermelha nas contas de energia elétrica em dezembro, os economistas do mercado financeiro alteraram de forma relevante a previsão para o IPCA - o índice oficial de inflação - em 2020. O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem, pelo Banco Central, mostra que a projeção para o IPCA neste ano foi de 3,54% para 4,21%. Há um mês, estava em 3,20%.

Com isso, a projeção dos economistas para a inflação ficou, pela primeira vez, acima do centro da meta de 2020, de 4% (com uma margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo). A projeção para o índice em 2021 foi de 3,47% para 3,34%. Quatro semanas atrás, estava em 3,17%. No caso do próximo ano, a meta é de 3,75%, também com margem de 1,5 ponto.

As mudanças nas previsões surgem na esteira do anúncio, em 30 de novembro, da retomada do sistema de bandeiras tarifárias na conta de luz em dezembro, com taxa extra de R\$ 6,243 a cada 100 kWh consumidos. Por causa da pandemia do novo coronavírus, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vinha praticando a bandeira verde, sem cobrança de taxa extra.



**ECONOMISTAS** ouvidos pelo Banco Central no boletim Focus agora preveem IPCA de 4,21% este ano

Em novembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a inflação de outubro foi de 0,86%. Em 12 meses, a taxa acumulada está em 3,92%.

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2020. O boletim Focus trouxe que a mediana das previsões para a Selic neste ano seguiu em 2% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar.

Já a projeção para a Selic no fim de 2021 perma-

neceu em 3% ao ano, ante 2,75% de quatro semanas atrás. No caso de 2022, a projeção seguiu em 4,5% ao ano, igual a um mês antes. Para 2023, seguiu em 6%, mesmo patamar de quatro semanas atrás.

Em outubro, ao manter a Selic em 2% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central disse que "a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que, devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanes-

cente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno". Na próxima quarta-feira, 9, o colegiado anuncia o novo patamar da taxa básica.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), as projeções foram alteradas. A expectativa para a economia este ano passou de retração de 4,5% para queda de 4,4%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 4,8%.

Para 2021, o mercado financeiro alterou a previsão de alta de 3,45% para 3,50%. Quatro semanas atrás, estava em 3,31%.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 08/12/2019	Página: 02

# Tribuna

## Saúde destina R\$ 60 milhões para rede de salas de vacinação no país

BRUNA LIMA, CORREIO  
BRASILIENSE

O Ministério da Saúde publicou, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), a portaria que destina quase R\$ 60 milhões a estados e ao Distrito Federal para investimentos em rede de frios nas salas de vacinação brasileiras. A liberação, em caráter excepcional no âmbito do enfrentamento à covid-19, tem como finalidade fortalecer o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A Rede de Frio, também denominada de Cadeia de Frio, é o processo de armazenamento, conservação, manipulação, distribuição e transporte dos imunobiológicos do PNI.

Os investimentos serão repassados fundo a fundo, em parcela única. A unidade federativa que receberá o

maior montante é São Paulo, que também concentra o maior número de casos e mortes pelo novo coronavírus. Serão repassados R\$ 11,3 milhões ao estado. Em seguida vem o Rio de Janeiro, com R\$ 4,8 milhões, Minas Gerais (R\$ 4,2 milhões) e Bahia (R\$ 3,1 milhões).

"Os valores a serem repassados consideraram o planejamento realizado junto aos Programas Estaduais de Imunizações e Vigilância Sentinela de Síndrome Gripal (SG), em conformidade com a necessidade de estruturação para o preparo ao enfrentamento do novo coronavírus", detalha a portaria.

Em relação às aquisições, estão previstas duas câmaras refrigeradas e três ar-condicionados para cada uma das 27 centrais estaduais de Rede de Frios, além de uma câmara.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 08/12/2019	Página: 05

# Tribuna

## Indústria automobilística se recupera

LETYCIA BOND - REPÓRTER DA  
AGÊNCIA BRASIL - SÃO  
PAULO

A indústria automobilística recuperou, no mês passado, os níveis de produção e exportação de novembro de 2019. A quantidade de unidades licenciadas, porém, ficou abaixo da registrada anteriormente, de acordo com balanço divulgado hoje pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O relatório mostra que a demanda do mercado interno diminuiu 7,1%, em comparação com 2019. Foram 225.010 unidades, contra 242 mil. No ano, 1.814.470 automóveis foram emplacados. Ao contrário das vendas, a produção apresentou leve aumento, de 0,7%, com um to-

tal de 238,2 mil autoveículos. Conforme a Anfavea, o volume foi insuficiente para atender ao mercado.

No acumulado do ano, a produção chegou à marca de 1.804.759 unidades, 35% a menos que a do ano passado. Em novembro, também saíram das esteiras de montadoras 11,5 mil caminhões, 1,7 mil ônibus e 5 mil máquinas agrícolas e rodoviárias.

Em entrevista coletiva, representantes da Anfavea também destacaram números relativos à exportação. Em novembro, 44.007 unidades foram enviadas ao exterior, o que se traduziu no melhor resultado desde agosto de 2018. A alta no índice, explicaram, se deu em virtude do represamento que vem ocorrendo nos últi-

mos meses por causa da pandemia de covid-19. Ao longo de todo o ano, 285.925 unidades foram exportadas.

O presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes, disse que a produção de dezembro é algo que não se prevê facilmente e destacou alguns desafios que o setor enfrenta. Segundo ele, a falta de matéria-prima é o mais preocupante, porque pode significar a paralisação das montadoras.

"O risco de paralisação é muito alto", afirmou. "Esse é um desafio muito difícil de se administrar."

Em novembro, as oportunidades de trabalho oferecidas pelo setor também pioraram. Na virada de outubro para o mês passado, o total de vagas passou de 121,4 mil para 120,8 mil.

Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 08/12/2020	



## **Agronegócio baiano tem crescimento de 5,8% no terceiro trimestre**

8 dezembro 2020

O PIB do agronegócio baiano registrou expansão de 5,8% no terceiro trimestre de 2020 na comparação com o mesmo trimestre de 2019. A informação foi divulgada nesta segunda-feira (07), pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

No terceiro trimestre de 2020, o PIB do agronegócio totalizou R\$ 17,2 bilhões enquanto o PIB baiano fechou o trimestre em R\$ 74 bilhões; com esses resultados, a taxa de participação do agronegócio na economia baiana alcançou 23,4%. No ano, a participação do agronegócio é de 24,4%.

“O resultado mostra que, a despeito dos impactos da pandemia, a produção agrícola manteve a trajetória de expansão pela qual vem passando o segmento”, destaca o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

Após um período de retrações em 2019, o ano de 2020 tem sido marcado pelo avanço do setor e, consequentemente, pelo aumento contínuo na participação do PIB total do estado. “Isso revela um processo de dinâmica da atividade agropecuária que vem se estendendo para todo o conjunto da economia baiana e, dessa forma, fortalecendo as relações de produção, consumo e renda”, completa Pinheiro.

Para o secretário da Agricultura, Lucas Costa, mesmo diante da pandemia, o agronegócio continua evoluindo de forma consistente. “Esse é um setor que não pode parar de forma alguma, e graças aos nossos produtores rurais conseguimos manter o crescimento aumentando ainda mais a produção”. Ele acrescenta que a Bahia se destaca por seu trabalho de quantidade e qualidade, com produtos em destaque, como o algodão e o café conilon, premiado como o melhor café do Brasil. “Temos também o café arábica, com recorde de safra no oeste devido ao grande trabalho dos produtores rurais e o bom índice pluviométrico, o melhor dos últimos 30 anos”, completa.

Todos os quatro componentes do agronegócio registraram aumento de participação do total do PIB estadual na comparação do 3º trimestre de 2019 e 3º trimestre de 2020. Contribuiu para esse processo a expansão na produção de uma série de lavouras com destaque para cereais (milho, feijão) e lavoura temporária (tomate e batata do reino); além disso, as oscilações positivas de preços na grande maioria do setor agropecuário contribui para esse movimento.

**Fonte: Ascom/ SEI-BA**

Veículo: Bocão News	
Data: 08/12/2020	Economia



## ECONOMIA E MERCADO

# Mercado financeiro eleva estimativa da inflação para 4,21%



07 de Dezembro de 2020 às 09:38 Por: Marcelo Camargo/Agência Brasil Por: Redação BNews

Analistas do mercado financeiro subiram a estimativa de inflação para 2020 pela décima sétima semana seguida, e agora a previsão ficou acima da meta central, de 4%. As expectativas fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (7) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano passou de 3,54% para 4,21%. Com a alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano passou a ficar, pela primeira vez, acima da meta central de inflação, de 4%, mas ainda está dentro do intervalo de tolerância existente.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% neste ano sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões. A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

No decorrer do ano, com a pandemia do novo coronavírus e a recessão na economia brasileira, o mercado baixou a estimativa de inflação. Nos últimos meses, porém, com a alta do dólar e com a retomada da economia, os preços voltaram a subir. Em setembro, a inflação oficial do país avançou 0,64%, a maior alta para o mês desde 2003. Em outubro, subiu para 0,86%, a maior desde 2002.

Para 2021, o mercado financeiro baixou de 3,47% para 3,34% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.



## mercado

# Líderes do governo discutem flexibilizar teto de gastos em pacotagem de Guedes

Proposta para despesa ficar fora do limite circula no Congresso, mas senador e governo negam texto



O ministro Paulo Guedes assina acordo entre o governo e o TCU (Tribunal de Contas da União) Edu Andrade/Divulgação Ministério da Economia

Daniel Carvalho e Fábio Pupo

BRASÍLIA Lideranças do Congresso passaram a discutir uma versão da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial que retira um conjunto de despesas do cálculo do teto de gastos em 2021, no caso de elas serem pagas com recursos hoje destinados a obras de reconstrução nacional.

E as receitas direcionadas a eles poderiam ser, em parte, destinadas a programas contra a pobreza ou a obras de reconstrução nacional. O texto apresentado vai um passo além e determina que as receitas destinadas a esses fundos passem a ir para um conjunto de ações que ficarão fora do teto.

Entre as ações que entrariam na flexibilização, de acordo com o texto, estão não somente projetos e programas para erradicação da pobreza como programas de responsabilidade dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura). Além de obras de infraestrutura para a reconstrução nacional, o texto cita projetos específicos (como rodovias, ferrovias e investimentos em gás natural), além da revitalização do rio São Francisco e projetos de pesquisa e desenvolvimento científico. "As despesas financeiras com as receitas públicas são oriundas das desvinculações

[dos fundos], em decorrência do disposto neste artigo, serão excepcionadas dos limites estabelecidos do art. 167 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [norma do teto], por um exercício financeiro, após a promulgação desta Emenda Constitucional", afirma o texto.

Após o relatório começar a circular, a Bolsa invertiu sua trajetória de alta e passou a cair (leia texto ao lado). Especialistas em contas públicas consideram que a proposta representa uma mudança no texto que serviria apenas para evitar, contabilmente, o descumprimento. Foi comentado ainda que a ideia lembra a contabilidade criativa adotada em governos anteriores.

Após as reações, governo e Bitar negaram a proposta no fim da tarde. O senador foi procurado para comentar, mas disse que seu relatório não traz a flexibilização. "Simplesmente não existe. É uma fofoca inventada não sei por quem. No relatório, a possibilidade de flexibilização do teto é inexistente".

Aliados do parlamentar dizem que houve uma confusão entre os textos das PECs e que o texto que circulou não representa uma versão oficial. A equipe econômica afirma que não tinha conhecimento

do texto de Bitar e que é contrária à flexibilização da norma que limita gastos.

"O Ministério da Economia esclarece que é contra qualquer proposta que trate da flexibilização do teto de gastos, mesmo que temporária", afirmou a pasta, em nota.

Os trabalhos são relatados por Bitar após um esforço do governo para concentrar as PECs em suas mãos. Inicialmente, o pacote de Guedes era distribuído em três: a Emergencial, que era relatada pelo senador Orlindo Guimarães (PODE-PR), a dos fundos, com o senador Otto Alencar (PSD-BA), e a do Pacto Federativo, que já estava nas mãos de Bitar.

No relatório que circulou no Congresso, há previsão de acionar os gatilhos hoje previstos na norma do teto de gastos (como impedimento de concursos públicos e reajustes a servidores, por exemplo). Eles podem ser usados quando a proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total for superior a 95%.

O texto determina ainda que o governo encaminhará ao Congresso, em até 90 dias após a promulgação da PEC, um plano de redução de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, finance-

**Com notícia, Bolsa zera alta, e dólar, que estava em R\$ 5,08, fecha estável**

O Ibovespa, que operava a 114 mil pontos por volta das 17h, caiu rapidamente para 112 mil pontos, em recuo de 1% — acabou fechando o dia em leve queda de 0,14%, a 113.589,7 pontos. A mudança veio após publicação de notícia de que o texto da PEC Emergencial teria mecanismos para que despesas financiadas com receitas desvinculadas ficassem fora do teto de gastos por um ano. A informação também reverberou no câmbio. O dólar fechou estável, depois de operar abaixo de R\$ 5,10 durante quase todo o pregão, a R\$ 5,1240. A cotação estava em R\$ 5,08 por volta de 16h45, queda de 0,88%, e em apenas 15 minutos zerou as perdas. Ao longo do dia, a moeda oscilou entre R\$ 5,05 e R\$ 5,17.

ra e creditícia, acompanhado das correspondentes propostas e previsões de impacto.

Ficaram de fora mecanismos como a permissão para reduzir em 25% a jornada de servidores com redução proporcional dos vencimentos.

O texto que circulou também não incluiu trechos defendidos inicialmente por Bitar. Assim que recebeu o texto, em novembro de 2019, o senador disse que queria flexibilizar o piso de recursos existente hoje para saúde e educação.

O texto também frustrou aqueles que esperavam a criação do Renda Cidadã, programa que Bolsonaro pretendia criar em substituição ao Bolsa Família, que tem as digitais do ex-presidente Lula.

A apresentação de uma solução definitiva foi prometida para depois das eleições municipais, o que agora, mais uma vez, não aconteceu.

## Câmara aprova texto-base do projeto que cria a BR do Mar

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta segunda (7) o texto-base do projeto que cria a BR do Mar, iniciativa que busca reduzir a dependência do transporte rodoviário no país e ampliar navegação entre portos nacionais (cabotagem). A proposta foi aprovada por 324 votos a favor e 114 contra. O plenário da Casa ainda analisaria os destaques, sugestões de alterações em pontos específicos do projeto. Somente após essa etapa, seguirá para o Senado.

O plano de criar a BR do Mar foi enviado pelo governo e procura flexibilizar as regras para a navegação entre portos nacionais e aumentar a frota de embarcações no país.

Hoje, a cabotagem é feita apenas pelas EBNS, as empresas brasileiras de navegação, que precisam de autorização da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e podem ter capital 100% estrangeiro.

Essas empresas podem ter frota própria ou afretar navios. Segundo dados do Ministério da Infraestrutura, uma operação de navio com bandeira brasileira pode custar até 70% mais caro do que a realizada por uma embarcação estrangeira na modalidade de afretamento a tempo — ou seja, quando a empresa brasileira contrata uma terceira.

O projeto da BR do Mar amplia o leque de possibilidades em que as EBNS poderiam afretar navios de retentiva obrigatória de que tenham embarcações próprias. Ao retirar a obrigatoriedade de que a empresa possua frota própria, a intenção é reduzir custos e dar agilidade ao mercado. Seria possível a uma companhia autorizada operar no transporte de cabotagem sem precisar investir pesado na construção de um navio. **Thiago Resende**

# Equipe econômica recebe com alívio proibição de reeleição de Maia

Bernardo Caram, Thiago Resende e Julia Chaib

BRASÍLIA A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de barrar eventual reeleição da cúpula do Congresso foi recebida com alívio por membros do Ministério da Economia. Na avaliação de auxiliares do ministro Paulo Guedes, o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vem se comportando como opositor da pasta e do governo. Maia, por outro lado, colocou no governo a culpa pela paralisação da agenda econômica no Legislativo.

"Acabaram as desculpas. Agora é saber se de fato o governo quer fazer entregas ou quer continuar olhando apenas para a sucessão de 1º de fevereiro", afirmou o deputado,

em entrevista à GloboNews nesta segunda-feira (7).

No domingo (6), os ministros do STF decidiram que eventual reeleição de Maia e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), desrespeitaria a Constituição, que proíbe a recondução ao posto dentro da mesma legislatura. A atual legislatura começou em fevereiro de 2019 e vai até fevereiro de 2023.

Segundo relatos de auxiliares, Guedes disse nesta segunda que o STF apenas confirmou o que diz a Constituição. Para ele, decisão em sentido contrário seria o mesmo que rasgar a carta magna.

Agora, membros da equipe econômica torcem para que os novos presidentes da Câmara e do Senado, que serão eleitos em fevereiro de 2021,

destroem a pauta de reformas estruturantes.

Propostas de interesse do governo, como o pacto federativo e a PEC Emergencial, estão travadas há mais de um ano.

Outros textos, como as reformas administrativa e tributária, seguem sem consenso. Membros da pasta defendem que Jair Bolsonaro e ministros não entrem ativamente na campanha pelo comando das duas Casas por considerarem que qualquer sinal de interferência do Planalto nas decisões de outro Poder teria efeito negativo no resultado.

Outro temor do Ministério da Economia diz respeito ao reagrupamento das forças políticas no Congresso após a eleição da Mesa Diretora. A avaliação é que partidos

já se movimentam pensando nas eleições presidenciais de 2022.

Assessores de Guedes demonstram preocupação com DEM, PSDB e MDB, siglas de grande porte que não estão alinhadas a Bolsonaro e podem dificultar a vida do governo nos próximos dois anos. Para membros da pasta, as negociações dos partidos seguirão travando a pauta de votações até fevereiro — data da eleição no Congresso.

Sem diálogo com o presidente da Câmara, a equipe econômica não tem conseguido avançar na lista de prioridades definidas por Guedes. Entre os projetos, está a reforma administrativa (mudanças na estrutura do serviço público).

Maia, por outro lado, quer dar preferência a outras pro-

postas, como a reforma tributária e a PEC Emergencial, que prevê medidas temporárias de corte de despesas.

A reforma tributária, apesar da investida de Maia em votar o projeto neste ano, tem pouca chance de ser aprovada sem que o governo federal concorde em desistir de dinheiro para fundos que vão compensar estados e municípios de perdas de arrecadação futura, segundo congressistas. Guedes também não concorda com o texto da Câmara.

A PEC Emergencial, por sua vez, ainda está no Senado, fora do alcance do presidente da Câmara.

A parceria entre Maia e o ministro da Economia, que levou, por exemplo, à aprovação da reforma da Previdência em 2019, foi se enfraquecen-

do, com atritos que se intensificaram nos últimos meses.

Em outubro, os dois chegaram a pedir desculpas após trocas públicas de acusações. Nos bastidores, porém, Guedes tem atribuído ao presidente da Câmara a dificuldade de avançar a pauta econômica.

Com Maia fora da disputa, o campo político próximo a ele tenta se manter coeso e busca um candidato que também reúna o apoio das siglas de esquerda. Estão colocados nomes de Balaia Rossi (MDB-SP), Aginaldo Ribeiro (PP-PB), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Luciano Bivar (PSL-PE). Segundo Maia, todos os pré-candidatos do seu grupo político estão alinhados com a agenda liberal defendida por ele e por Guedes. **Leia mais em Poder**



















# Críticas inconsistentes à PEC 45

*Ao que parece, o principal objetivo dos autores delas é impedir o avanço da reforma tributária*

**Bernard Appy, Eurico de Santi e Nelson Machado\*, O Estado de S. Paulo**

08 de dezembro de 2020 | 04h00

No período recente foram publicados alguns artigos com críticas à PEC 45, que propõe uma reforma da tributação indireta centrada na substituição de cinco tributos atuais (**PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS**) por um único **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**. Uma característica comum a essas críticas é sua inconsistência técnica, o que sugere que o principal objetivo dos autores é impedir o avanço da **reforma tributária**, apelando a qualquer argumento, por mais frágil que seja. A análise feita a seguir deixa claro esse ponto.

Um primeiro argumento contra a PEC 45 é de que a adoção de um imposto sobre o consumo com alíquota uniforme estimularia a pejetização, ou seja, a substituição de empregados pela contratação de pequenas empresas prestadoras de serviços – pois nesse modelo a empresa que contratou o PJ teria direito a recuperar o crédito de IBS, o que reduziria seu custo. Tal argumento é totalmente equivocado, pois no IBS só é possível haver crédito (para o contratante) se houver recolhimento do imposto na etapa anterior (pelo PJ), o que significa que é impossível reduzir o montante de imposto devido via pejetização. Ao contrário, o que estimula a pejetização é o sistema atual, no qual um PJ pode recolher PIS-Cofins à alíquota de 3,65% e gerar um crédito de 9,25% para o contratante.

Um segundo argumento é de que a cobrança no destino nas operações interestaduais prevista na PEC 45 estimularia a “fraude carrossel” e levaria ao acúmulo de créditos do imposto no Estado de origem. Tal crítica revela completo desconhecimento da PEC 45, pois tais problemas só poderiam ocorrer se o IBS fosse cobrado individualmente por cada Estado e as operações interestaduais estivessem sujeitas à alíquota zero. O modelo

proposto da PEC 45, no entanto, prevê arrecadação centralizada e a incidência cheia do imposto nas transações interestaduais, o que inviabiliza a “fraude carrossel” e evita o acúmulo de créditos.

Outro argumento que revela total desconhecimento da PEC 45 é o de que a transição proposta para a distribuição da receita do IBS para os Estados e os municípios levaria a um aumento da carga tributária. O texto é absolutamente claro ao definir que o financiamento da transição se dá entre os próprios entes da Federação, ou seja, aqueles cuja participação no total da receita cresce financiam – temporariamente – aqueles cuja participação diminui. Vale lembrar que, por causa do impacto muito positivo sobre o crescimento da reforma, todos os entes da Federação tendem a ser beneficiados no longo prazo.

Em quarto lugar, argumenta-se que a rápida aprovação da **reforma tributária** seria injustificável no atual contexto, pois o setor de serviços, já prejudicado pela covid, seria ainda mais afetado pela reforma tributária. Mesmo desconsiderando os estudos que mostram que o setor de serviços tende a ser beneficiado pela reforma, o argumento está incorreto. A principal razão é que a aprovação da PEC 45 não teria qualquer impacto setorial antes de três ou quatro anos (considerando o tempo de implantação e o período de teste). Ou seja, não só não há sobreposição entre os efeitos da pandemia e os da reforma tributária, como o impacto da aprovação da PEC 45 sobre as expectativas e os juros de longo prazo poderia ajudar muito na saída da crise atual.

Por fim, há alguns argumentos contra a PEC 45 que beiram o esdrúxulo. É o caso da afirmação de que a regulamentação do IBS por lei complementar não contemplaria os municípios, pois estes não estão representados no **Congresso Nacional** por um “Senado municipal”. É o caso, também, do argumento de que não existem estudos sobre o impacto da aprovação da PEC 45, quando o Centro de Cidadania Fiscal colocou à disposição dois estudos estimando esses impactos. O mais estranho é que as pessoas que fazem essa crítica já propuseram mudanças no sistema tributário sem apresentar qualquer estudo sobre o seu impacto.

# Governo põe até R\$ 2,2 bi na Ferrogrão para reduzir risco

Mecanismo inédito de subsídio busca viabilizar ferrovia bilionária

Por Daniel Rittner — De Brasília

08/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



- **R\$ 8,4 bilhões...** é o investimento previsto na execução da obra
- **69 anos...** é o prazo da concessão
- **48,6 milhões...** de toneladas-úteis é a demanda prevista para 2050
- **50%...** é a redução prevista das emissões de gases-estufa
- **30,7%...** do traçado da ferrovia ficará a 300 metros, no máximo, da BR-163

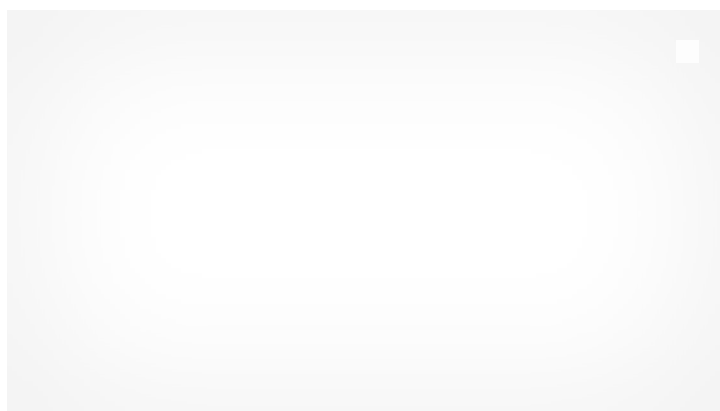
Fonte: Ministério da Infraestrutura

Na tentativa de superar a desconfiança do mercado e tirar do papel a Ferrogrão, projeto com 933 quilômetros de extensão entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), o governo desenhou um mecanismo inédito nas concessões de ferrovias. A ideia, formulada pelo Ministério da Infraestrutura, é colocar à disposição da futura concessionária até R\$ 2,2 bilhões em recursos da União para bancar os chamados “riscos não gerenciáveis” do empreendimento.

Com isso, a equipe do ministro Tarcísio Freitas espera dar mais segurança a potenciais investidores na Ferrogrão e viabilizar o projeto, que busca impulsionar o Arco Norte como rota de escoamento para a produção agrícola.

Esses recursos devem ficar à margem do Orçamento Geral da União, numa conta vinculada, a partir da outorga que será paga pela mineradora Vale na renovação antecipada de duas concessões ferroviárias: a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). Ambas já tiveram suas prorrogações, por 30 anos, autorizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e os novos contratos devem ser firmados nas próximas semanas.

PUBLICIDADE



Dentro da sistemática de extensões contratuais antecipadas em troca de contrapartidas, o governo exigiu da Vale um investimento cruzado na expansão da malha ferroviária nacional. Ela terá que construir, por sua conta e risco, um trecho de 383 quilômetros da nova Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico).

Mesmo com essa obra, segundo a modelagem aprovada, vão sobrar R\$ 2,2 bilhões em outorga livre que deverão ser pagos pela mineradora de forma parcelada ao governo. Em julho, quando o plenário TCU fez a análise das prorrogações de Carajás e da Vitória-Minas, houve uma recomendação inesperada. Os ministros sugeriram ao governo usar o dinheiro na construção de um novo ramal ferroviário da EFC, no Maranhão, entre Balsas e Estreito.

As recomendações do órgão de controle, no entanto, são diferentes das determinações e podem não ser acatadas pelo Poder Executivo. Foi o que ocorreu. Na semana passada, o Ministério da Infraestrutura respondeu ao tribunal que esse novo trecho não faz parte das suas prioridades imediatas e comunicou a intenção de utilizar os R\$ 2,2 bilhões da outorga livre de outra forma.

Esses recursos, conforme a proposta de Tarcísio e sua equipe, vão diretamente para uma conta vinculada ao projeto da Ferrogrão. Serão desembolsados pelo governo à concessionária caso ela encontre percalços no meio do caminho. Podem entrar na lista compensações ambientais que extrapolem as estimativas originais, aumento de custo com as desapropriações necessárias, um risco de demanda totalmente fora do padrão. Nesse último exemplo, pensa-se em uma eventual quebra de safra agrícola por razões climáticas, que comprometa decisivamente as receitas projetadas da concessionária.

A secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa, explicou ao **Valor** que as características da Ferrogrão limitam o escopo de reequilíbrios econômicos-financeiros que estendam a vigência da concessão.

A nova ferrovia requer um investimento inicial estimado em R\$ 8,4 bilhões e o contrato já dura 69 anos. Com esse perfil, se houver alguma necessidade futura de reequilíbrio, não adianta ampliar a concessão. A operadora, segundo Natália,

precisaria mesmo de algo que recomponha seu fluxo de caixa no curto prazo - principalmente nos primeiros anos do contrato.

Essas dúvidas, afirmou a secretária, apareceram fortemente no “road show” que o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) fez com potenciais interessados na Ferrogrão. “Isso [o novo mecanismo] diminui bastante a percepção de risco e nos parece que atende bem tanto investidores quanto financiadores do projeto.”

No início de agosto, o “road show” - organizado em meio virtual por causa da pandemia - teve participação de 11 grupos com perfil de operador, controlador da concessão ou executor das obras. Entre eles, estavam gigantes como a japonesa Sumitomo, as chinesas CCCC e Crec 10, as espanholas Acciona e Sacyr, a italiana Impregilo, as brasileiras CCR e Ecorodovias, o Pátria Investimentos e a Hidrovias do Brasil.

No resumo executivo feito pelo PPI após as conversas, algumas dúvidas apontadas pelas empresas abordam exatamente esses pontos. Houve menção, por exemplo, aos riscos de “custos exorbitantes impostos no processo de licenciamento ambiental, achados espeleológicos [formação de grutas e cavernas], arqueológicos”. Também surgiram questões fundiárias: “Apesar do custo baixo estimado de desapropriação, há riscos causados pela incerteza quanto ao tempo para liberação das áreas, sobreposição de matrículas, proprietários efetivos, limites das propriedades e regularização fundiária”.

Os estudos de viabilidade e a minuta de edital da Ferrogrão, que já foram debatidos em audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), estão agora no TCU. A expectativa do governo é leiloar o projeto e assinar o contrato de concessão ainda em 2021.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

# Juros e política fiscal

Sem padrão de crescimento dos gastos públicos sustentável, alternativa será a combinação de inflação e desemprego

Por Ailton Braga

08/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Jeon Sang-O/Pixabay

Neste artigo, pretendemos contribuir com a avaliação da condução das políticas monetária e fiscal nos últimos anos, a partir da análise da evolução das taxas de juros nominais e reais e da inflação implícita derivadas dos rendimentos dos títulos públicos, de médio prazo, do governo brasileiro. Tal análise tem impactos relevantes sobre as recomendações para a condução da política econômica nos próximos meses e anos.



No gráfico, temos a taxa de juros nominal paga pelo título pré fixado de cinco anos do governo brasileiro, a taxa de juros real paga pelos títulos de mesmo prazo indexados ao IPCA, e a inflação implícita, diferença entre as taxas nominal e real, de outubro de 2013 a outubro de 2020. Lá, podemos ver que, do final de 2013 a meados de 2015, a taxa de juros nominal variou pouco, sendo em média de 12,3% ao ano, decomposta em taxa de juros real e inflação implícita em torno de 6% ao ano. Essa estabilidade escondia alguns problemas: a expectativa de inflação bem acima da meta perseguida pelo Banco Central (4,5%), indicando baixa credibilidade da autoridade monetária, e uma taxa de juros real bem maior que a observada em outros países da América Latina, como México, Colômbia, Peru e Chile.

Na segunda metade de 2015, período marcado pela crise política e econômica no segundo governo Dilma, pelo aumento da inflação e pela rápida deterioração da situação fiscal, a taxa de juros nominal teve forte alta, com aumento tanto da taxa de juros real quanto da expectativa de inflação. Ao longo do primeiro semestre de 2016, em que teve início o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a taxa de juros caiu e voltou aos níveis de 2014.





PUBLICIDADE

Entre junho de 2016 e abril de 2018, a taxa de juros nominal caiu de forma contínua, com a taxa de inflação implícita reduzindo-se para níveis próximos à meta do Banco Central, indicando recuperação da credibilidade da autoridade monetária. Nesse período, ocorreu a aprovação da emenda constitucional que instituiu o teto de gastos e a taxa de inflação ocorrida teve forte redução.

A queda das taxas de juros de médio prazo foi interrompida entre maio e agosto de 2018. Nesses meses ocorreram a greve dos caminhoneiros no Brasil e crises econômicas e cambiais em países emergentes como Argentina e Turquia. Do final de 2018 ao início de 2020, antes da pandemia do coronavírus, a tendência de queda das taxa de juros foi retomada. Nesse período foi aprovada a reforma da

previdência e reduzida a meta de inflação de 4,5%, em 2018, para 4%, em 2020; 3,75%, em 2021; e 3,5%, em 2022.

## **Sem padrão de expansão dos gastos públicos sustentável, alternativa será a combinação de inflação e desemprego**

Essa redução consistente das taxas de juros nominais e reais e da inflação implícita foi devido, principalmente, a fatores internos, pois a taxa de juros dos títulos de cinco anos nos Estados Unidos, apesar de ter variado entre 1% ao ano e 3% ao ano, ao longo do período, estava, no início de 2020, nos mesmos níveis observados no final de 2013. Da mesma forma, a taxa de juros equivalente em países da América Latina, como Colômbia, México e Peru, não mostrou tendência de queda. Entendemos que os principais fatores que explicam a redução tanto da inflação implícita quando da taxa de juros real sejam a mudança da política fiscal, com a implementação do teto de gastos, e a recuperação da credibilidade do Banco Central.

Em relação à política fiscal, entre 1997 e 2014, os gastos primários da União tiveram crescimento médio real de 6,3% ao ano. Já de 2015 a 2019, esses gastos praticamente não cresceram. A regra do teto de gastos levou para a Constituição o objetivo de manter os gastos públicos estáveis, em termos reais, abrindo espaço para a redução dos juros e a expansão da demanda privada. No tocante à política monetária, depois de vários anos acima da meta, a taxa de inflação caiu, a partir de 2017, para níveis próximos ou abaixo da meta do Banco Central, que foi reduzida de 4,5% para 3,5%.

No período de pandemia do coronavírus, ocorreu um aumento inicial dos juros nominais, em março deste ano, seguido por redução significativa, até julho. Esse movimento foi coerente com o ocorrido em outros países da América Latina e com a queda das taxas de juros dos títulos de médio prazo do governo americano. Entretanto, a partir de agosto, a taxa de juros nominal passou a subir, com aumento, principalmente, da inflação implícita, que chegou a 4,4% ao ano, maior que a meta do Banco Central para os próximos anos. Esse aumento não ocorreu em países comparáveis, o que indica que se deve a fatores internos do país, como o aumento da inflação nos últimos meses e as dúvidas sobre como será a condução da política fiscal nos próximos anos.

## Novo Fundeb deve ser votado até amanhã, mas dinheiro extra só valeria em abril

Atraso na definição das regras para a distribuição de verba vai exigir período de transição

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

08/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O projeto de lei de regulamentação do novo Fundeb deve ser votado até amanhã, afirmou o deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), relator da minuta do texto, ao **Valor**. Mas o atraso na definição das regras para a distribuição do dinheiro extra à educação básica vai exigir um período de transição, o que fará com que o novo Fundeb entre em vigor só a partir de abril de 2021.

Para chegar “na ponta” já em 2021, a lei de regulamentação precisa ser aprovada ainda neste ano, o que exige mudança em vários arcabouços infraconstitucionais. Desde agosto, quando o novo formato do fundo foi aprovado no Congresso, especialistas têm alertado para a urgência desse debate.

A solução de Rigoni para dar tempo para que o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) se adaptem foi manter, entre janeiro e março do ano que vem, a distribuição atual de recursos. “O novo Fundeb só entra em vigor, de fato, em abril do ano que vem. De janeiro a março vai ser exatamente o atual Fundeb.”



Segundo ele, haverá em abril e maio “uma compensação financeira do ‘déficit’ do período”.

O novo modelo prevê um aumento da contribuição da União ao fundo dos atuais 10% para 23%, de forma gradual, até 2026. Boa parte das novas verbas - 10,5% - procura chegar aos municípios mais pobres e elevar o investimento mínimo por aluno ao ano.

O restante da verba adicional - 2,5% a mais, a partir de 2023 - será direcionado às redes de ensino que mais avançarem a partir de métricas de aprendizagem. A última versão da minuta, da semana passada, exige que as regiões que desejem ter acesso ao dinheiro tenham currículos atrelados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Rigoni prevê uma votação tranquila e diz ter acordos com a base do governo e com a ala técnica sobre a maior parte do lei do projeto de lei. Um dos pontos de controvérsia, ele prevê, é o veto ao uso de redes conveniadas de ensino, sobretudo as filantrópicas, para complementar a oferta de vagas nos ensinos fundamental e médio.

O texto de regulamentação ainda mantém a previsão de uso de rede de instituições conveniadas, as chamadas FCCs (entidades filantrópicas, comunitárias e

## Carf e tributação de serviços personalíssimos

Não se pode admitir que a administração tributária crie requisitos despídos de base legal para evitar ou dificultar a aplicação de normas válidas

Por Bruno Fettermann e José Luiz Crivelli Filho

08/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

No já distante ano de 2005, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 11.196, oriunda da conversão da chamada “MP do Bem”, cujo artigo 129 autorizou, para fins fiscais e previdenciários, a sujeição dos “serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural”, prestados “em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, [...] à legislação aplicável às pessoas jurídicas”.

Antes de sua introdução no ordenamento jurídico, a Receita Federal do Brasil negava que pessoas jurídicas prestassem tais serviços em razão de sua natureza personalíssima, atividade considerada “própria” de pessoas físicas. Exigia que os rendimentos, posto que auferidos pela pessoa jurídica, fossem submetidos ao IRPF, a “verdadeira” prestadora dos referidos serviços.

**Não se pode admitir que a administração tributária crie requisitos despídos de base legal para evitar ou dificultar a aplicação de normas válidas**

Negava-se, assim, que pessoa física e pessoa jurídica são criações do Direito. Afinal, existem, isso sim, indivíduos que, por vezes, apresentam-se como pessoas físicas ou, alternativamente, atribuem determinado patrimônio a uma pessoa jurídica, esta última expressamente admitida pelo referido art. 129.

Da leitura do texto legal, identificam-se os pressupostos para a aplicação da norma: (i) os serviços devem ser intelectuais; (ii) podem prestados em caráter personalíssimo, ou não; (iii) admitindo-se a designação de obrigações aos sócios ou empregados da empresa prestadora, quando lhe couber a prestação dos serviços; e (iv) desde que essa atuação não configure a hipótese de abuso da personalidade jurídica, nos termos do artigo 50 do Código Civil de 2002.

Apesar da clara e expressa decisão do legislador ao editar o dispositivo, há casos em que tanto a RFB quanto o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais criam requisitos não previstos em lei ou simplesmente não aceitam que o serviço seja prestado em caráter personalíssimo por meio de uma sociedade regularmente constituída, submetendo os rendimentos, por conseguinte, ao IRPF.

No primeiro caso, o Fisco normalmente reclassifica os rendimentos recebidos pela pessoa jurídica, por exemplo, pelo fato de os serviços serem prestados na dependência do contratante (cf. Acórdão nº. 2201-004.590) ou em razão de a sociedade prestadora atender apenas uma pessoa jurídica (cf. Acórdão nº 2201-002.700).

Há, é claro, outras situações apontadas por decisões do Carf que, em tese, legitimariam o afastamento da regra em questão. O que importa, aqui, é destacar que esses elementos, quando muito, poderão ser adotados como indícios de simulação ou dissimulação, mas não podem, sozinhos, levar ao afastamento do regime prescrito pelo artigo 129 da Lei nº 11.196/05.

Aqui, vale a ressalva, não se criticam as autuações que desvelam a prática de atos simulados ou dissimulados (e que importem abuso da personalidade jurídica - conforme o artigo 50 do Código Civil). Pelo contrário: o Fisco pode - e deve - reclassificar os rendimentos declarados pela pessoa jurídica em tais situação (imputando-os à pessoa física). Basta cogitar, por exemplo, a hipótese em que o prestador constitui uma pessoa jurídica para dissimular uma relação de emprego, situação também já enfrentada pelo Carf.

Já no segundo caso, também a título exemplificativo, o Carf considerou que a remuneração percebida pelo árbitro, ainda que desenvolva a sua atividade por intermédio de sociedade profissional, deveria ser tributada na pessoa física por se tratar de atividade restrita às pessoas físicas (acórdão nº 2402-008.171).

O atual panorama das decisões proferidas pelo Carf sobre o tema revela, na maioria dos casos, desprezo pelo texto do artigo 129 da Lei nº 11.196/05, afastando-se tal órgão do seu principal objetivo, qual seja controlar a legalidade dos lançamentos tributários editados pelas autoridades fiscais.

Apesar disso, há a expectativa de que esses desvios sejam corrigidos pelo Poder Judiciário - como se deu no famoso processo (0022319-12.2008.4.02.5101), em que o TRF da 2ª Região aplicou o artigo 129, reconhecendo a possibilidade de se tributar rendimentos auferidos pela prestação de serviços personalíssimos de acordo com o regime aplicável às pessoas jurídicas.

É sempre bom lembrar a clássica, porém atualíssima, lição de Eros Grau a respeito da vinculação do intérprete aos textos normativos. Longe de se defender a interpretação gramatical, quer-se chamar a atenção para a importância de se prestigiar os textos legais, ponto de partida do intérprete na atividade de construção da norma jurídica aplicável ao caso concreto. Daí que qualquer interpretação deve, necessariamente, respeitar aqueles limites mínimos impostos pelo próprio texto.

A resistência enfrentada pelos contribuintes, todavia, parece estar próxima do fim. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento da ADC nº 66, proposta pela Confederação Nacional da Comunicação Social, objetivando a declaração da constitucionalidade do referido dispositivo. A maioria dos ministros que já votou acompanhou o posicionamento da relatora, ministra Carmen Lúcia,

que reconheceu a compatibilidade da regra com a livre iniciativa e a garantia de livre exercício de qualquer profissão ou atividade econômica. O processo foi retirado de pauta em razão de pedido de vista do ministro Dias Toffoli e deve retornar a julgamento ainda em dezembro.

Qualquer mudança legislativa deve ser feita pela via adequada. O que não se pode admitir é que a administração tributária crie requisitos despidos de qualquer base legal para evitar ou dificultar a aplicação de normas válidas, vigentes e eficazes. Este último comentário, embora soe óbvio, reafirma a importância de a administração tributária pautar a sua atuação pelo princípio da legalidade.

**Bruno Cesar Fettermann Nogueira dos Santos e José Luiz Crivelli Filho são, respectivamente, especialista em Direito Tributário e Direito Tributário Internacional pelo IBDT; mestre em direito tributário pela Universidade de São Paulo (USP), sócios júnior de Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados.**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

O segredo das famosas chegou em Salvador e região  
POWERCINTAS

### LINK PATROCINADO

Cama Box Casal Colchão Molas Verticoil e Box Coil Marrom 138x188x58cm  
R\$ 899 - AMERICANAS.COM

### LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

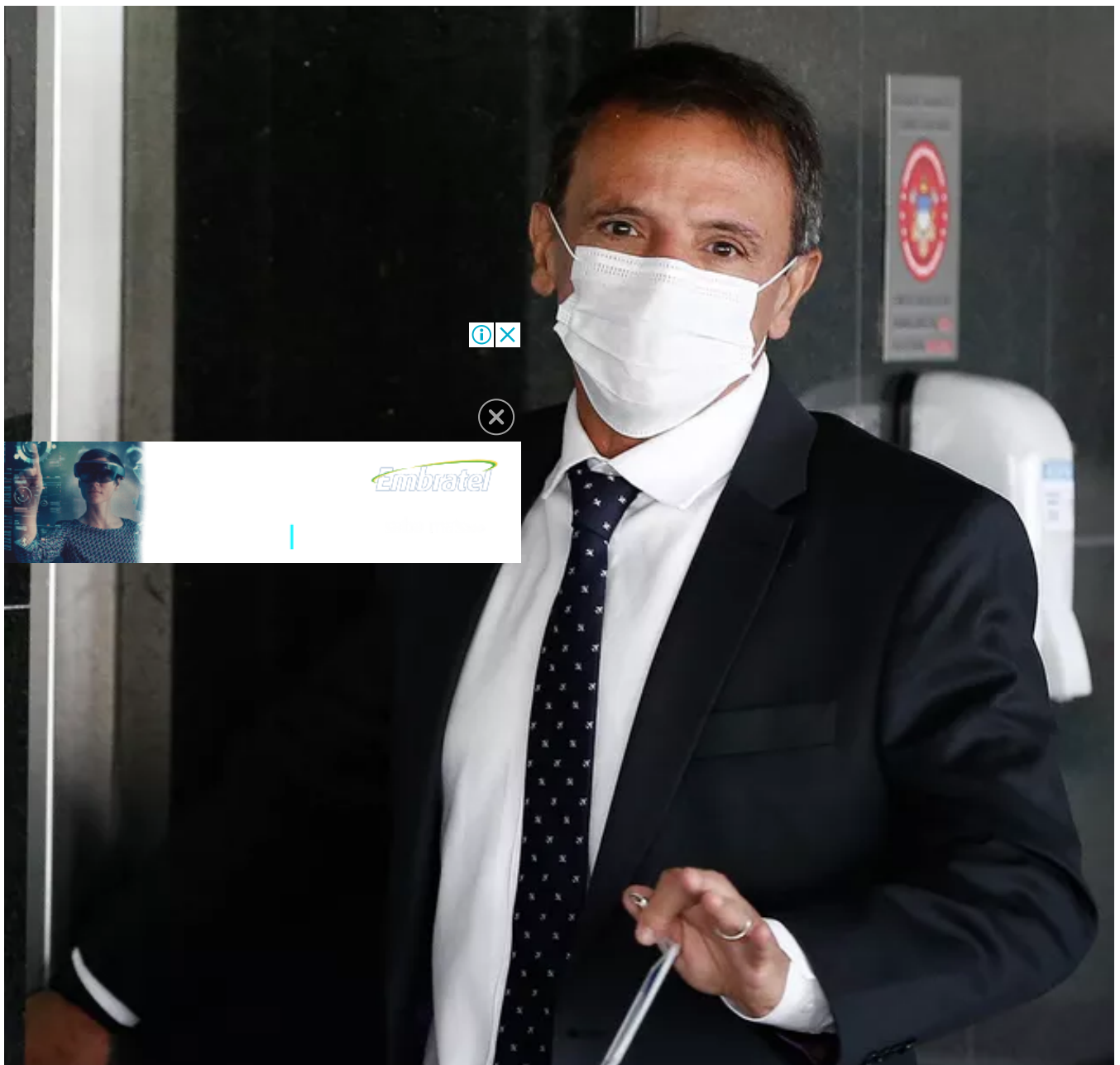


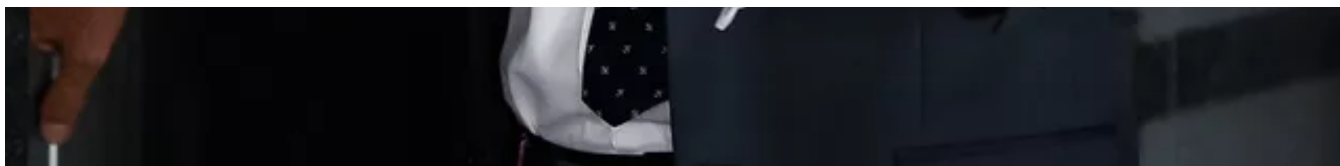
# PECs do ajuste estão 'muito abaixo' do desejado, diz relator

Redução de salários e jornada dos servidores em 25% deve ficar de fora

Por Fabio Graner e Fabio Murakawa — De Brasília

08/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Senador Marcio Bittar (MDB-AC): “Não adianta nada escrever [no relatório] só o que eu quero, é o que é possível” —  
Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Para a construção de um acordo político em torno das propostas de emenda constitucional (PECs) do ajuste fiscal, uma das principais apostas iniciais da equipe econômica estava ficando de fora da versão final do relatório do senador Marcio Bittar (MDB-AC): a redução de salários e jornada dos servidores em 25%.

Bittar, relator das PECs Emergencial e do Pacto Federativo, admitiu ao **Valor** que o relatório que estava para ser protocolado ontem ficou “muito abaixo” do que ele gostaria que fosse.

“Se dependesse de mim, o relatório vinha com a desvinculação, com a desindexação e com a criação de um programa novo, mesmo que fosse com o mesmo valor do Bolsa Família, mas moderno, com rampa de saída etc. Mas não adianta nada escrever só o que eu quero. É o que é possível”, disse Bittar, explicando que deve haver uma trava para o crescimento de despesas. “Claro que gostaria que tivesse também [a redução de salários e jornada]”, completou.

PUBLICIDADE

Até a conclusão desta edição, o texto final ainda não estava público. Apesar de estar em um formato bem mais enxuto do que propunha e gostaria inicialmente a equipe econômica, interlocutores do governo entendem que é melhor ter algo mais simplificado no relatório e dar um sinal ao mercado de continuidade do rumo da

austeridade em parceria com o Congresso, mesmo em ritmo mais lento, do que ficar sem nada.

A eventual retirada do dispositivo que reduz salários e jornada significaria uma perda de impacto de mais de R\$ 25 bilhões em dois anos. Por outro lado, medidas que travem outros aumentos de despesas, inclusive no gasto de pessoal, e redução de incentivos fiscais e novos gatilhos para o controle da trajetória do gasto público e para o ajuste fiscal de forma mais geral já apontariam em uma direção considerada correta pela Economia.

A leitura é que temas mais polêmicos podem ser retomados à frente, em um ambiente mais tranquilo. E o importante agora é sinalizar compromisso com o teto de gastos, esforço para cumpri-lo e também uma disposição de conter o endividamento público, com medidas como a redução de benefícios fiscais, conforme antecipou o **Valor** ontem.

No meio da tarde de ontem, circularam notícias sobre o conteúdo do relatório, dando conta de que o texto permitiria que a despesa financiada com receita desvinculada de fundos públicos a serem extintos ficasse fora do teto de gastos por um ano. Segundo o senador, "chegou ao conhecimento da imprensa uma suposta versão do relatório final da Proposta de Emenda à Constituição 186, de 2019, de minha autoria", mas "o documento divulgado não é oficial".

A informação mexeu com o mercado, derrubando a bolsa e elevando o dólar, que até então tinham bom desempenho.

Em nota, Bittar negou qualquer flexibilização do teto de gastos e se disse "apoiador da agenda econômica do governo, representada pelo ministro Paulo Guedes".

O Ministério da Economia também se posicionou dizendo ser "contra qualquer proposta que trate da flexibilização do teto de gastos, mesmo que temporária". As duas PECs em questão são consideradas fundamentais no planejamento da equipe econômica para equilibrar as contas públicas.

---



**Por Pedro Cafardo**

É editor-executivo do Valor e integra a equipe que fundou o ... [ver mais](#)

## Populismo e terrorismo na polarização fiscal

O próprio presidente do Banco Central cobrou demonstrações de que o país está preocupado com a “trajetória da dívida”

08/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Dilma Rousseff deve estar rindo e não à toa. Ela foi acusada em 2015 de cometer estelionato eleitoral, com certa razão, e agora assiste de camarote o pessoal do atual governo provar do mesmo veneno. O ministro da Economia, Paulo Guedes, vem sendo ferozmente criticado por executivos do mercado financeiro por não articular um plano para resolver a questão fiscal.

O próprio presidente do Banco Central fez, dias atrás, cobrança indireta a Guedes, dizendo que o país precisa de um plano que dê clara percepção aos investidores de que está preocupado com a “trajetória da dívida”.

### Paulo Guedes é cobrado por não cumprir promessas

A expressão acima não está entre aspas por acaso. Ela é fundamental no pensamento fiscalista dominante, diariamente repetido por economistas. Considera-se que, com a dívida bruta se aproximando de 100% do PIB, o país enfrentará um período dramático, porque perderá a confiança dos investidores e, sem esses recursos, não terá como reativar a economia.

O economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, discorda dessa opinião quase consensual no universo financeiro. Ele considera a preocupação com a confiança dos investidores infundada, porque em várias ocasiões na história, principalmente após guerras ou catástrofes, inúmeros países tiveram dívidas maiores que o PIB. E mesmo em situações normais, muitos mantêm até hoje esse nível, entre eles Estados Unidos, Itália e Japão.

Lara Resende é impiedoso ao contestar esse terrorismo fiscal, como dizem alguns críticos. “A pergunta mais complicada de ser respondida é: por que hoje no Brasil a opinião dos economistas que aparecem na imprensa, assim como a da própria imprensa, regrediu para o que era a ortodoxia do século XIX na Inglaterra? A chamada ‘Visão do Tesouro’, que sustentava a necessidade de sempre equilibrar as contas públicas, depois duramente criticada por Keynes, deixou de ser levada a sério”, disse o economista em entrevista ao “Estadão”.

O argumento de Lara Resende é que, desde que não siga uma trajetória explosiva, a dívida pública pode crescer e se estabilizar assim que passar a crise. O que pode preocupar é a dívida externa, mas nesse quesito o país vai muito bem, porque tem reservas cambiais de quase 30% do PIB, cerca de US\$ 350 bilhões. A insolvência externa, esta sim, quebra um país, daí a célebre frase do ex-ministro Mário Henrique Simonsen: “A inflação aleija, mas o câmbio mata”.

Toda essa divagação sobre a questão fiscal é para dizer que Paulo Guedes, um fiscalista confesso, está agora sendo criticado por inoperância exatamente nessa área. A ponto de se espalhar a ideia de que ele deixou de ser o fiel da balança do governo, segundo dizem reservadamente executivos de bancos e investidores institucionais diariamente ouvidos pelo **Valor**. Sua eventual saída, portanto, não mais representaria uma ruptura na visão agora dominante no mercado. Mas o mercado quer um substituto que tenha compromisso com a agenda da responsabilidade fiscal, ou “Visão do Tesouro” do século XIX.

No fundo, o mercado faz com a equipe econômica de hoje o mesmo que a oposição fez em 2015 com o governo Dilma. Acusa-o de prometer uma coisa e fazer outra. Durante a campanha para a eleição de 2014, na qual superou Aécio Neves (PSDB) por poucos votos, Dilma garantiu que não haveria arrocho às custas dos mais pobres e que benefícios trabalhistas não seriam reduzidos. “Nem que a vaca tussa”,

disse. Reeleita, porém, nem foi preciso a vaca tossir. Ela logo elevou impostos sobre gasolina, operações financeiras e cosméticos. E mudou normas trabalhistas, entre outras, o seguro-desemprego. Também vetou a correção da tabela do Imposto de Renda, o que atingiu em cheio a classe média. A oposição considerou essas medidas estelionato eleitoral, até porque Dilma nomeou para o Ministério da Fazenda um economista fiscalista radical, Joaquim Levy, conhecido como “mão de tesoura”.

Guedes estaria cometendo estelionato eleitoral pela razão oposta. Durante a campanha de Bolsonaro, ele prometeu adotar uma política econômica ultraliberal, com rigorosa austeridade fiscal, corte implacável de gastos, forte contenção de salários, demissão de servidores públicos e privatização de estatais. Seja lá como for, por razões políticas ou pela crise sanitária, Guedes não entregou o prometido nos dois primeiros anos de governo, com exceção da decantada reforma da Previdência. E a continuidade da pandemia indica que o “Posto Ipiranga” não conseguirá entregar muito mais em 2021. Mas o mercado quer sangue.

Estão em choque o populismo e o terrorismo fiscal, ambos altamente danosos.

## Símbolo de preconceito

Mudando completamente de assunto, observe o símbolo acima. Você está cansado de vê-lo por aí, em estacionamentos. Mas, algo o incomoda? Se não, provavelmente não é idoso. O leitor Humberto Viana Guimarães é. Ele leu coluna neste espaço, meses atrás, com o título “Clichês que aborrecem e eufemismos inócuos” e diz ter se divertido muito. E também fez uma observação sobre o preconceito exalado por esse símbolo. O assunto veio à baila porque as denúncias de violência contra idosos aumentaram 72% durante a pandemia. Foram de 62 mil no país de janeiro a setembro.

Guimarães irrita-se com esse símbolo que identifica vagas para idosos em estacionamentos, sempre de um velho curvado, com uma bengala na mão. Diz que tem 70 anos, postura correta, não usa bengala e faz diariamente três horas de exercícios físicos.

Ele tem razão. Um senhor naquelas condições provavelmente não estaria dirigindo um carro e não precisaria da vaga. A placa indica flagrante preconceito.

Tramita há anos no Congresso um projeto de lei que proíbe o uso de símbolo pejorativo de idoso. Mas será que isso precisaria de lei?

**Pedro Cafardo é editor-executivo do Valor Econômico**

**E-mail: [pedro.cafardo@valor.com.br](mailto:pedro.cafardo@valor.com.br)**

Veículo: O Globo	Caderno:
Data: 08/12/2020	Página:

**O GLOBO**

ECONOMIA

## **Relator propõe usar recursos de fundos públicos fora do teto de gastos e cria ruído com equipe econômica**

Proposta foi replicada de texto de fevereiro e abria caminho para flexibilizar despesas com programa social. Senador deve recuar

Marcello Corrêa, Geralda Doca e Manoel Ventura

07/12/2020 - 18:22 / Atualizado em 08/12/2020 - 07:07

BRASÍLIA - Uma versão preliminar do relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza medidas de ajuste fiscal, a chamada PEC Emergencial, causou atritos entre o Congresso e a equipe econômica ao prever que parte das despesas de 2021 fique temporariamente fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço dos gastos públicos.

O vazamento levou tensão ao mercado financeiro e fez com que o Ministério da Economia se posicionasse contra a ideia. O relator do projeto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), negou ser a favor da flexibilização das regras fiscais.

O texto, divulgado inicialmente pelo jornal “O Estado de S. Paulo” e obtido pelo GLOBO, prevê a destinação de cerca de R\$ 35 bilhões em recursos parados em fundos públicos — que hoje não podem ser usados livremente — para áreas como a erradicação da pobreza e a revitalização da Bacia do São Francisco.

Os gastos feitos com esse dinheiro ficariam fora do teto por um ano. A brecha poderia ser usada para financiar uma ampliação do Bolsa Família sem a limitação da trava fiscal.

As primeiras informações sobre a medida foram mal recebidas pelo mercado, ao indicar uma flexibilização da regra que impede que gastos públicos cresçam mais que a inflação registrada no ano anterior. O Ministério da Economia divulgou nota em que afirmou ser “contra qualquer proposta que trate da flexibilização do teto de gastos, mesmo que temporária”.

A possibilidade de flexibilização causou mal-estar na equipe econômica, em um momento em que há dúvidas sobre a sustentabilidade das regras fiscais após os gastos emergenciais para combater a pandemia.

Interpretação errada



Assim que o teor do relatório começou a circular, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ligou imediatamente para Bittar e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Nessas conversas, de acordo com relatos de pessoas que presenciaram os telefonemas, Guedes ouviu dos senadores que não havia tentativa para flexibilizar o limite de gastos e que isso não seria votado pelos parlamentares.

Congresso: Com calendário apertado, principais pautas econômicas ficam para 2021

Guedes ligou para o presidente Jair Bolsonaro que, segundo esse relato, garantiu que não há flexibilização do teto e que não acertou nada nesse sentido com congressistas.

No fim do dia, Bittar negou a possibilidade de flexibilizar o teto e disse que essa seria uma interpretação errada da medida em seu relatório.

— Essa interpretação está errada. Não há na proposta qualquer possibilidade de flexibilizar o teto de gastos — disse o senador ao GLOBO.

Em um esforço para reverter a má impressão, o parlamentar divulgou nota oficial com o mesmo teor. No comunicado, ele afirma ainda que o documento que vazou à imprensa não é oficial, embora fontes confirmem que o relatório divulgado partiu de assessores do próprio parlamentar.

“Sou apoiador da agenda econômica do governo, representada pelo ministro Paulo Guedes, e está fora de cogitação qualquer medida que flexibilize o teto de gastos”, diz o texto.

O relatório do senador, que foi finalizado na tarde de ontem, é um compilado de três PECs que vinham sendo discutidas desde novembro do ano passado no Congresso. Segundo fontes que participaram dos debates, o ruído foi causado por um erro na hora de combinar os textos.

Um dos trechos incluídos na nova redação tem como origem a PEC dos Fundos, que libera recursos de fundos públicos. A exceção ao teto para gastos feitos com esse dinheiro já constava de versão anterior do projeto, apresentada em fevereiro pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), relator da proposta.

#### Consequências negativas

Esse não é o primeiro atrito causado por uma versão do relatório de Bittar para a PEC emergencial. Em setembro, o parlamentar propôs adiar o pagamento de precatórios — dívidas judiciais da União — para financiar o programa social.

Auxílio emergencial: Equipe econômica descarta risco de isolamento social e aposta que prorrogação não será necessária

Para economistas, a flexibilização do teto poderia trazer consequências negativas para a economia do país, como aumento de juros.

— Essa flexibilização, mesmo que temporária, é insustentável. Não dá para prever o que aconteceria com juros e câmbio se isso fosse aprovado, mas pioraria muito o cenário — avaliou o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore.

Elena Landau, economista e ex-diretora do BNDES, critica ainda a ideia de desvincular recursos dos fundos.

— Essa ideia de desvincular (gastos) para tirar do teto para fazer políticas que os parlamentares vão escolher não faz sentido. Há ali questões completamente desnecessárias, como as relacionadas ao Rio São Francisco, que já estão em outros projetos, como o da Eletrobras. Os parlamentares querem é fazer política — observou.

Na visão da economista Monica de Bolle, professora da Universidade Johns Hopkins, o momento é de rediscutir o teto de gastos. Ela defende uma regra que permita ampliar despesas em momentos de necessidade e reduzi-las quando a atividade econômica estiver em alta:

— Não defendo que se abandone o teto, mas ele deve ter uma regra viável. A ideia é pegar essa regra e torná-la flexível a ponto de dar conta dos gastos de saúde, educação e proteção social que precisam ser feitos dada a pandemia

Apesar da turbulência, Bittar pretende apresentar o novo texto nos próximos dias às lideranças no Congresso. A proposta é uma versão enxuta do que vinha sendo discutido nos últimos meses. Não há menção ao novo programa social Renda Cidadã nem a medidas mais duras de redução de gastos, como a previsão de cortes de salários e jornadas de servidores públicos.

Crise:FMI pede que Brasil mantenha rigor fiscal, mas que esteja pronto para maior apoio por pandemia

As principais ações para conter despesas são a antecipação dos chamados gatilhos do teto de gastos. Assim, medidas como a proibição de concursos públicos e concessão de reajustes ao funcionalismo passam a ser acionadas caso as despesas obrigatórias do governo atinjam 95% do total dos gastos públicos.

Também há uma previsão de cortes em benefícios tributários. Pela proposta, o presidente Jair Bolsonaro terá que enviar ao Congresso um projeto para cortar incentivos em 10% já em 2021. Isso significaria um aumento de R\$ 30 bilhões na arrecadação federal.

Veículo: O Globo	Caderno:
Data: 08/12/2020	Página:

**O GLOBO**

## **Fraga: teto de gastos é âncora fiscal, mas precisa de reforço Foto: Reprodução**

SÃO PAULO — O teto de gastos é a principal âncora fiscal do país, mas se torna insuficiente se não for reforçado. Isso por que a dívida pública vai continuar crescendo, mesmo que o teto seja obedecido.

A avaliação é do ex-presidente do banco Central e fundador da Gávea Investimentos, Arminio Fraga, que participou do painel a Política Econômica de 2021 em Diante, no evento Brasil 2021 em Debate, realizado pela XP Investimentos.

### PUBLICIDADE

PEC Emergencial:relator propõe usar recursos de fundos públicos fora do teto de gastos e cria ruído com equipe econômica

— O teto sozinho não aguenta. O governo vai ter que aprovar reformas, mas vejo o Congresso mais reativo do que ativo neste momento. É um instinto de sobrevivência e não é o ideal. É preciso reforçar o lado fiscal - disse Fraga durante debate com o CEO do banco XP, José Berenguer, e o chairman do Comitê Global de Alocação da XP, Paulo Leme.

O economista não comentou a versão preliminar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza medidas de ajuste fiscal, prevendo que o uso de receitas desvinculadas de fundos públicos fiquem temporariamente fora do teto de gastos.

O texto abre caminho para que o dinheiro dos fundos seja usado em gastos como programas sociais contra a pobreza, por exemplo. As despesas seriam excluídas da trava fiscal por um ano.

Para ele, a resposta do governo à Covid-19 foi enorme, mas veio com custo de aumento da dívida e vulnerabilidade.

O ex-presidente do BC lembrou que é preciso atacar as desigualdades do país, não só a econômica, que tornam o Brasil um terreno fértil para o populismo. Mas Arminio defendeu que os brasileiros precisam voltar a acreditar que têm uma chance.

### PUBLICIDADE

Segundo ele, uma rede de política social é essencial, mas que o país precisa ir além disso.

Reforma tributária: Relatório prevê tributação de lucros e dividendos, mas deixa de fora imposto de Guedes

— Mas vejo o ambiente político difícil no curto prazo. Vejo inconsistências no quadro de agenda, de visão do mundo nas lideranças do governo. Algumas têm cabeça mais liberal, outras não. Por isso, vejo o Brasil se defendendo: ou seja, algumas reformas acontecem, mas o caminho será difícil até 2022 - explicou.

Arminio lembrou que existem duas grandes reformas necessárias - a tributária e a do Estado, mas também precisa de reformas para melhorar a competitividade da economia brasileira.

—Precisamos da desburocratização de pequenos aspectos da vida produtiva - afirmou.

Arminio afirmou que o país sempre se beneficia dos momentos de abundância de capital no mundo, mas fica vulnerável quando esse cenário se reverte, devido às suas questões internas.

Congresso: Com calendário apertado, principais pautas econômicas ficam para 2021

— Temos questões de natureza fundamental que são maiores que os ventos que sopram de fora. A questão fiscal, a necessidade de ganho de produtividade e as incertezas jurídicas. Hoje, a infraestrutura é barreira ao crescimento, quando deveria ser a locomotiva.

## PUBLICIDADE

As preocupações são mais internas do que externas. O país se beneficia dos momentos de abundância de capital, mas fica vulnerável quando esse quadro se reverte. E já estamos no segundo tempo da partida — concluiu.